

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

LAVINIA NASCIMENTO SILVA

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA MANTIQUEIRA MINEIRA: O CASO DA
ARTICULAÇÃO BIORREGIONAL DA BACIA DO RIO BAEPENDI**

Varginha - MG

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

LAVINIA NASCIMENTO SILVA

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA MANTIQUEIRA MINEIRA: O CASO DA
ARTICULAÇÃO BIORREGIONAL DA BACIA DO RIO BAEPENDI**

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Everton Rodrigues da Silva

Varginha - MG

2023

LAVINIA NASCIMENTO SILVA

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA MANTIQUEIRA MINEIRA: O CASO DA
ARTICULAÇÃO BIORREGIONAL DA BACIA DO RIO BAEPENDI**

A banca examinadora abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão do PIEPEX (TCP) apresentado como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em: 01/12/2023

Prof^a. Everton Rodrigues da Silva (Orientador)

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Prof^a. Fernando Batista Pereira

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Prof^a. José Roberto Porto de Andrade Júnior

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Varginha - MG

2023

RESUMO

A crise climática e civilizatória contemporânea é um problema atual da época do Antropoceno, em que as transformações das relações de vida humana, consumo e modos de produção ocasionaram transformações morfológicas expressivas que se alastram por todo o planeta. Com base nesse contexto, cabe ressaltar a importância de se pensar em políticas públicas para o território e alternativas sustentáveis de vida, como propõe a corrente de desenvolvimento chamada biorregionalismo. O projeto biorregional, conceituado a partir de autores como Sensier, Montagnana e Lopes (2023), se caracteriza por uma alternativa aos grandes centros urbanos que elabora uma nova forma de organização, respeitando a territorialização, através de práticas sustentáveis, inovadoras e solidárias no campo. Na Serra da Mantiqueira, localizada no Estado de Minas Gerais, especificamente nos entornos da Bacia do Rio Baependi, há um coletivo formado por cidadãos e instituições locais que iniciou, em 2023, projetos no território inspirados pelo biorregionalismo. Esta pesquisa tem como objetivo descrever o perfil desse coletivo, chamado Articulação Biorregional da bacia do Rio Baependi, e analisar os impactos deste grupo, positivos e negativos, de sua atuação na região, para se pensar nos principais pontos que poderão ser trabalhados para a construção de uma política pública territorial. Para tanto, foi aplicado um questionário semiestruturado. Foi possível constatar que a maior dificuldade e lacuna do projeto se encontra no engajamento, seja por falta de tempo, falta de recursos financeiros ou por desinteresse próprio. Notou-se que a Articulação tem sonhos de evolução e concretização das ações, mas precisa de incentivos para o fortalecimento da rede de apoio, reconhecendo a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas territoriais de construção coletiva.

Palavras-chave: Biorregionalismo; Desenvolvimento sustentável; Políticas públicas territoriais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 CRISE SISTÊMICA GLOBAL	6
2.1 A DESCOBERTA DA INSUSTENTABILIDADE GLOBAL	6
2.2 DESIGUALDADES MÚLTIPLAS	9
2.3 LIMITES DO PARADIGMA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO	12
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	14
3.1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO	15
3.2 O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE BASE TERRITORIAL	15
3.3 EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	20
3.3.1 A política pública Territórios de Identidade do Governo da Bahia	20
3.3.2 O Projeto Biorregional	24
4 ESTUDO DE CASO: CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO BIORREGIONAL PARA A BACIA DO RIO BAEPENDI	29
4.1 A REGIÃO EM ESTUDO: SERRA DA MANTIQUEIRA, ÁREA RURAL DE BAEPENDI	30
4.2 O OBJETO DE ESTUDO: A ARTICULAÇÃO BIORREGIONAL DA BACIA DO RIO BAEPENDI	34
4.3 PERCURSO METODOLÓGICO	36
4.4 QUESTIONÁRIO ELABORADO	36
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
5.1 PERFIL E ENGAJAMENTO DOS(AS) MEMBROS(AS) DA ARTICULAÇÃO BIORREGIONAL DA BACIA DO RIO BAEPENDI	38
5.2 DESAFIOS E LACUNAS DA ARTICULAÇÃO BIORREGIONAL	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICES	64

1 INTRODUÇÃO

A crise climática e civilizatória contemporânea é uma problemática vigente das transformações morfológicas expressivas em todo o planeta da época do antropoceno, em que os impactos nos ecossistemas são causados por transformações humanas, através das práticas de consumo desenfreado e dos modos de produção provenientes do sistema capitalista (CRUTZEN; STOERMER, 2015).

A partir do entendimento de que o sistema capitalista precisa ser alterado, até que essa mudança se institua é necessário ações que minimizem esses impactos e tragam uma melhora nas condições de subsistência de milhões de pessoas no planeta, através disso pode-se pensar na instituição das políticas públicas (CAVALCANTI *et al.* 2014, SECCHI, 2014).

Considerando o contexto descrito acima, o problema de pesquisa que gerou este trabalho é o reconhecimento da necessidade da construção de políticas públicas territoriais para a Serra da Mantiqueira, viabilizando através das iniciativas já existentes, como a Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi e ações locais da comunidade, os principais pontos necessários para sua elaboração.

Reconhecendo a importância de se pensar novas formas de construção de políticas públicas territoriais, este projeto de pesquisa irá abordar a perspectiva do biorregionalismo e sua proposta de se pensar em políticas de desenvolvimento a partir dos territórios biorregionais.

De acordo com Sensier, Montagnana e Lopes (2023), na estrutura social vigente, dentro dos pressupostos da sociedade baseada no capitalismo, se construiu o imaginário de que os meios urbanos são geradores de melhorias na qualidade de vida da população. Todavia, uma grande parcela da população, ilustrando os centros urbanos como potencializador das crises, é excluída dos acessos aos recursos básicos, caminhando em direção ao colapso socioambiental (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023; SANTOS; RIBEIRO; GONÇALVES, 2002). Sendo assim, há a necessidade de estimular, através do desenvolvimento territorial (CAVALCANTI *et al.* 2014), outras formas de desenvolvimento, dentre elas a vivência nos meios rurais acompanhada de preservação ambiental.

Desse modo, o presente trabalho pretende descrever a atuação da Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi e analisar seu papel como

indutora de políticas públicas para a Serra da Mantiqueira, à luz da corrente teórica do biorregionalismo, adotada pela Articulação como uma referência para o planejamento de desenvolvimento territorial. Para tanto, foi elaborado um referencial teórico sobre políticas públicas, ciclos de vida da política pública e políticas públicas territoriais, com autores como Secchi (2014), Dias e Seixas (2019), Cavalcanti et al. (2014), entre outros; sobre o conceito de políticas de desenvolvimento territorial alicerçadas no projeto biorregional (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023) e, na seção metodológica, foi descrita a biorregião em estudo, a bacia do Rio Baependi, elaborado e aplicado um questionário para mapeamento das ações da Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi; e, por fim, foi realizada a análise dos dados e depoimentos levantados, a fim de articular e desenvolver o objetivo do projeto.

Compreende-se que um dos principais impactos e implicações práticas e teóricas desta pesquisa, é aumentar o referencial escasso, no Brasil, a respeito do biorregionalismo como proposta de desenvolvimento territorial. Do ponto de vista prático, a utilização da análise do questionário pode contribuir para o fortalecimento da Articulação Biorregional na Bacia do Rio Baependi e, para além desse aspecto, sonha-se com a utilização desses apontamentos para ajudar na construção de uma política pública para este território, além da vinculação e consolidação do projeto biorregional em outros territórios brasileiros.

Essa pesquisa está estruturada em seis seções, sendo esta introdução a primeira. Após inicia-se a revisão bibliográfica a partir da noção de crise sistêmica global, seguida pelo segundo tópico de políticas públicas e a noção de desenvolvimento sustentável e o projeto biorregional. Logo, no quarto tópico deste trabalho se encontra o estudo de caso sobre a formulação de uma política pública biorregional para a Serra da Mantiqueira, e seguindo na quinta seção, a análise do questionário aplicado e de seus apontamentos. Por fim, seguem-se as considerações finais.

2 CRISE SISTÊMICA GLOBAL

2.1 A DESCOBERTA DA INSUSTENTABILIDADE GLOBAL

A noção de transformações no planeta pelas mãos dos humanos se caracteriza por um percurso geológico. Nos últimos 11.000 anos, encerrou-se o período da glaciação, gerando para o planeta Terra um clima relativamente

equilibrado (VIOLA; BASSO, 2016). Esse percurso, caracterizado como uma das épocas da era cenozóica, ficou conhecido como holoceno, sendo descrito como um período de agricultura, comunidades fixadas em territórios e início de complexidades das organizações de vida humana (PÁDUA, 2015; SILVA; ARBILLA, 2018; STEFFENA *et al.*, 2018; VIOLA; BASSO, 2016).

Nesse contexto, “as atividades humanas gradualmente se tornaram uma força geológica e morfológica significativa, o que foi rapidamente reconhecido por vários cientistas” (CRUTZEN; STOERMER, 2015, p.1). Essa mudança, gerada com a transformação das relações humanas, da exploração de recursos naturais e das novas práticas de produção e consumo, que foi se tornando climática, foi propícia à humanidade e suas formas de organizações sociais, contabilizando uma população de 8 bilhões de pessoas. Contudo, a variável proporcional da população é apenas uma das variáveis existentes, sendo necessário a análise dos impactos sistêmicos dessa população no planeta (PÁDUA, 2015; VIOLA; BASSO, 2016).

Reconhecendo as alterações que essas novas formas de estruturas sociais ocasionaram, é imprescindível reconhecer a construção de uma nova época, denominada Antropoceno (ARTAXO, 2014; PÁDUA, 2015; SILVA; ARBILLA, 2018; STEFFENA *et al.*, 2018; VIOLA; BASSO, 2016). Cabe apontar que a denominação do antropoceno como período ou época é variada e gera grande discussão para diversos autores. Para além disso, uma definição próxima entre os autores, a respeito do Antropoceno, pode ser entendida como “a época em que a espécie humana deixa de ser um animal como outro qualquer, que vive da apropriação de uma fração relativamente pequena dos fluxos naturais de matéria e energia existentes no planeta, e passa a ser um agente geológico global (PÁDUA, 2015, p. 70).

Na busca por caracterizar essas mudanças, é proposto a ideia de que essa nova época se encontra fracionada em três fases principais de transformações. A primeira fase é apontada no decorrer de 1800 a 1945, na ocorrência de um aumento do uso de combustíveis fósseis e do início da era industrial, esse alto uso de combustíveis denominou esse período como “era fossilista” (ARTAXO, 2014; CRUTZEN; STOERMER, 2015; PÁDUA, 2015; SILVA; ARBILLA, 2018; VIOLA; BASSO, 2016). Seu início coincide com a criação do motor a vapor, de James Watt, período em que se tornou perceptível o começo das mudanças em alguns lagos. A

abundância de petróleo é o principal marco da segunda fase do antropoceno, nesse período, após os anos 1945, ocorreu a expansão de consumo e produção em vários países, sendo denominado este aumento como a “grande aceleração” (ARTAXO, 2014; CRUTZEN; STOERMER, 2015; PÁDUA, 2015; SILVA; ARBILLA, 2018; VIOLA; BASSO, 2016). Neste contexto, Silva e Arbillá (2018, p.11) destacam que

Após mais de uma década do século XXI, muitas das tendências da Grande Aceleração continuaram, mas aconteceram ainda outras mudanças. A Grande Aceleração do período 1945-2000 foi devida, principalmente, ao progresso dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), principalmente Europa, América do Norte e Japão. Contudo, a partir do século XXI, as emissões de CO₂ de países como China e Índia têm crescido mais rapidamente que as dos países da OECD.

Como destacado por Artaxo (2014) e Silva e Arbillá (2018), a partir da identificação da degradação que os modos de produção em escala construíram no planeta terra, é proposto o estudo e descoberta dos limites ambientais do planeta, conhecidos como limites planetários ou “planetary boundaries”:

O conceito dos Limites Planetários define um “espaço seguro” para o desenvolvimento da humanidade em relação ao sistema Terra e está baseado em um pequeno número de sub-sistemas ou processos, muitos dos quais exibem uma mudança abrupta de comportamento quando certos umbrais são transpostos. (SILVA; ARBILLA, 2018, p.1).

Esse conceito, elaborado por Johan Rockström do Stockholm Resilience Centre e Will Steffen, define 9 limites essenciais para a preservação do planeta, sendo eles: perda de ozônio estratosférico; introdução de entidades novas e poluição química; acidificação dos oceanos; ciclos biogeoquímicos de nitrogênio e fósforo; extinções; mudanças climáticas; mudanças vegetais; uso de recursos hídricos; carga de partículas de aerossóis na atmosfera. (ARTAXO, 2014; SILVA; ARBILLA, 2018). Sendo as mudanças climáticas e extinções os mais alarmantes, além das mudanças vegetais e ciclos biogeoquímicos que também já se encontram ultrapassados (ARTAXO, 2014; SILVA, ARBILLA, 2018).

Um importante evento internacional é as Conferências das Partes (COPs), da Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, iniciadas em 1995, que reconhecendo esses limites, estabelece acordos internacionais e

implementa obrigações aos países que a compõem (VIOLA; BASSO, 2016). É necessário reconhecer que

De acordo com a preponderância das forças sociopolíticas que influenciam o mindset e a posição das potências no ciclo global do carbono, seus posicionamentos em relação ao problema climático podem ser: (i) a favor de mudanças que verdadeiramente contribuam para mitigar o problema, reformando o regime corrente, ou (ii) contra tais mudanças, mantendo o regime atual. Adotando essa classificação, as potências podem ser divididas em cinco tipos: reformistas, reformistas moderadas, conservadoras moderadas, conservadoras e extremamente conservadoras. (VIOLA; BASSO, 2016, p. 10).

Como exemplo, ressalta-se que o Japão e a União Europeia podem ser apontados como reformistas, perante suas ações sobre as mudanças climáticas. Todavia, "o sistema de monitoramento da implementação das metas é fraco, portanto não há garantia de implementação" (VIOLA; BASSO, 2016, p.14).

Através do reconhecimento desses limites planetários e a ausência de acordos fiscalizados entre as nações, é importante mencionar, por fim, a existência de uma terceira fase do antropoceno. Esta seria caracterizada por um período ainda não concretizado no percurso histórico, a qual, através do conhecimento e avanços tecnológicos, a humanidade toma consciência das catástrofes ambientais e se inicia na busca por formas alternativas de se desenvolver os meios de produção e frear a grande aceleração. (ARTAXO, 2014; CRUTZEN; STOERMER, 2015; PÁDUA, 2015; SILVA; ARBILLA, 2018). Portanto, é preciso reconhecer que "As pressões sociais, econômicas e ambientais vão aumentar nas próximas décadas, e precisamos urgentemente de um sistema de governança global para superar esses desafios" (ARTAXO, 2014, p. 22).

2.2 DESIGUALDADES MÚLTIPLAS

É indissociável compreender as desigualdades sociais frente ao antropoceno (UNESCO, 2018). Conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, desenvolvidos na Agenda 2030, através das Organizações das Nações Unidas (ONU), dentre seus 17 objetivos e 169 metas, tem-se as questões de dignidade para a pessoa humana tanto quanto a importância da educação, consciência e cuidado ambiental. Reconhecendo casos como a fome em que "bilhões de cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna" (IPEA, 2018, p.6),

a falta de acesso a serviços básicos e feminicídio, como metas para a erradicação que este plano de ação almeja (IPEA, 2018).

Para isso, cabe apontar que há dissociação dos conceitos de pobreza em relação a desigualdades e mobilidade social. Para Resende, Costa e Reis (2020, p.16):

Desigualdade, pobreza e mobilidade social são noções muito próximas, especialmente em nossa linguagem cotidiana, mas vale a pena distingui-las. A pobreza, por exemplo, descreve geralmente uma situação de privação. Ainda que eventualmente sejam usadas noções de pobreza relativa, o mais comum é que, em se tratando de pobreza, seja considerada uma condição absoluta. Isso quer dizer que, na maior parte dos casos, a pobreza se refere a uma situação de privação - seja monetária, material, ou no acesso a serviços básicos - que uma pessoa ou um grupo experimenta em certo momento do tempo.

As desigualdades sociais estão interligadas e não devem ser relacionadas apenas a questões econômicas (RESENDE; COSTA; REIS, 2020). Como proposto pela Agenda 2030, o enfrentamento das questões sociais devem perpassar por três dimensões para o alcance do desenvolvimento sustentável, sendo as esferas econômica, social e ambiental (IPEA, 2018). Com a temática de extrema relevância na agenda pública, cabe entender que as desigualdades em amplitude afetam várias formas de funcionamento da estrutura social, tendo como exemplo questões de mobilidade social, encarceramento em massa, raça e gênero (RESENDE; COSTA; REIS, 2020).

A desigualdade relacionada ao encarceramento em massa se entrelaçam fortemente com relações de cor e classe. O racismo histórico da sociedade brasileira gera genocídios a população negra e parda, assim como objetiva-se encarcerar essa população de forma majoritária (RESENDE; COSTA; REIS, 2020; SOUZA; LIMA; COSTA; REIS, 2020). Essa problemática se entrelaça com a violação dos direitos humanos, assim como a tentativa de exterminar parte de uma população (RESENDE; COSTA; REIS, 2020; SOUZA; LIMA; COSTA; REIS, 2020). As ODS anunciam essa problemática no reconhecimento de que são necessárias instituições eficazes, cobertas de responsabilidades, e o funcionamento de políticas e leis que não assumam um caráter discriminatório (IPEA, 2018).

Há também as desigualdades de mobilidade social, em que os índices de ascensão social são extremamente baixos no cenário brasileiro (IPEA, 2018).

Através dos novos ODS, entende-se a necessidade de garantia dos direitos iguais quanto aos recursos econômicos e sociais, buscando a mobilização para o desenvolvimento, principalmente dos países subdesenvolvidos (IPEA, 2018).

Portanto, tem-se, para o senso comum, a escolaridade como forte fator de mobilidade social, entretanto, mesmo com uma significativa mudança através desse processo ainda se constituem desigualdades. Há exemplo, a PNAD Contínua de 2018, a mesma aponta que negros ainda continuam sendo prejudicados através do racismo na conquista de oportunidades de trabalho, o mesmo é ressaltado para as desigualdades salariais enfrentadas pelas mulheres (RESENDE; COSTA; REIS, 2020). Vale ressaltar que a ideologia meritocrática busca justificar essa problemática social, pois:

Neste raciocínio, a desigualdade seria, de um lado, justa, pois significaria a recompensa que a sociedade confere a seus membros mais empreendedores, competentes e esforçados. Mas, mesmo que se considere a desigualdade indesejável, ela seria, nesta visão, no mínimo um mal necessário: se a sociedade é competitiva, recompensas desiguais seriam necessárias para dar aos indivíduos os incentivos necessários para buscarem se formar, para se dedicar ao trabalho, para inovar, ou na linguagem atual, para empreender e buscar seu diferencial, o que por fim, de novo, beneficiaria toda a sociedade. (RESENDE; COSTA; REIS, 2020, p.30)

Acerca das desigualdades acima, a respeito de gênero e raça, há uma interseccionalidade dentro desses grupos, intensificadas pela sua junção (SILVEIRA *et al.*, 2020). Vale salientar que Saffioti (1984, p.52) desenvolve esse conceito apontando como o racismo e patriarcado aumentam as violências e desigualdades sofridas por mulheres negras, em que ocupam a última posição na ordem social.

Referente às ODS, se reconhece as violências cometidas as mulheres na sociedade, em práticas violentas como casamentos precoces. Portanto, os objetivos estimulam a participação plena feminina e a valorização do trabalho reprodutivo não remunerado, buscando ampliação de políticas públicas de proteção e infraestrutura para as mulheres (IPEA, 2018).

Reconhecendo esses contextos, é pertinente refletir acerca de como superar essas relações sociais. Para uma superação, ou tentativa de diminuição, são necessárias elaborações de políticas públicas vigentes à realidade da população brasileira, trabalhadas de forma conjunta entre o Estado, seus agentes públicos e a sociedade (COSTA; BRONZO; ASSIS; SILVA, 2020; RESENDE; COSTA; REIS,

2020). Salientando a ausência de neutralidade dos agentes governamentais, para além de uma construção eminentemente técnica dos interesses dessas políticas (SECCHI, 2014).

2.3 LIMITES DO PARADIGMA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

No processo de avanço da sociedade, nas últimas duas décadas é possível identificar um crescimento da degradação ambiental, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) se espera nos próximos anos um aquecimento de 1,5°C (RAWORTH, 2019; MARQUES, 2023).

Acerca das discussões econômicas a respeito dos impactos ambientais, é pertinente apontar que há uma ausência de análise para ações que sejam aplicáveis. É reconhecível que a economia obteve fracassos em trabalhar e considerar necessário entender a degradação dos recursos naturais. Para Raworth (2013) é pertinente reconhecer que uma problemática para os agentes é como aplicar estratégias a desigualdades e questões ambientais relacionadas de formas distintas para se alcançar uma solução.

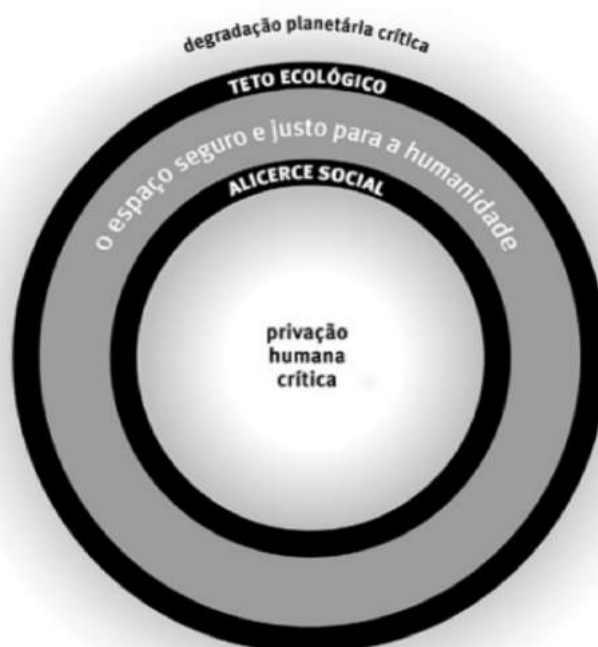
E aqui está o problema. A jornada da humanidade através do século XXI será conduzida pelos responsáveis por políticas, empreendedores, professores, jornalistas, líderes comunitários, ativistas e eleitores que estão sendo educados hoje. Mas a esses cidadãos de 2050 está sendo ensinada uma mentalidade econômica enraizada nos manuais de 1950, que por sua vez têm suas raízes nas teorias de 1850. Dada a natureza rapidamente mutável do século XXI, isso está tomando a forma de um desastre. (RAWORTH, 2019, p.23)

É importante apontar que o bem-estar do ser humano depende exclusivamente de uma utilização pessoal e acesso aos recursos naturais, desde que abaixo do limite permitido, como se pode considerar os refletidos dentro do conceito de limites planetários (ARTAXO, 2014; RAWORTH, 2013; SILVA; ARBILLA, 2018). Para além disso, uma participação popular na construção da agenda pública, com decisões mais inteligentes, de forma mais equitativa (SECCHI, 2014).

Com base nessa contextualização, Raworth (2019) propõe, pensando em uma nova visão da economia que ultrapasse os paradigmas da economia convencional, portanto a visualização de uma forma circular, considerado pela autora a forma de um donut, pensando nas questões ambientais e sociais, capaz de

exemplificar os objetivos que se busca para entender e construir um espaço que nas palavras da autora seria “seguro e justo para todos”.

Figura 1



Fonte: Raworth (2019)

Um importante ponto sobre essa proposta se encontra em um “piso social” capaz de permitir que a humanidade tenha maiores acessos aos recursos básicos. É reconhecível que o piso apenas garantiria um mínimo para sobrevivência. Contudo, levando em conta a alta margem de pobreza, na qual 21% da população se encontra com uma renda igual ou inferior a 1,25 de dólar por dia e privação humana dos recursos, a dignidade humana deve ser atingida como primeiro objetivo (RAWORTH, 2013).

Nessa ideia, a autora propõe um painel de controle para a humanidade que busca fiscalizar as mudanças, dentre elas estão: análise e contabilização do que é gratuito, como é elaborado na alternativa privada; ocorrência de um monitoramento nas reservas; controle das distribuições para que possa atingir todos os indivíduos, pensando nas questões de gênero e raça; e elaborar e usufruir de métricas ambientais e sociais dentro do sistema econômico (RAWORTH, 2013). Com base nessas ideias, deve-se reconhecer quando Raworth (2013) relaciona que para se

alcançar uma nova forma de organização deve-se pensar nas esferas culturais, institucionais e políticas e principalmente econômicas.

Refletindo acerca das prioridades sociais e ambientais que devem ser reconhecidas (RAWORTH, 2019), deve-se entender e buscar novas formas de trabalho para esses processos. Para isso, Raworth (2019) elabora sete formas de se desenvolver o raciocínio de um economista atento às necessidades do século XXI. Dentre as sete maneiras, encontram-se: mudança de um objetivo que por muitos anos manteve-se fixado na produção nacional e no PIB, pensando em uma alternativa que vise o equilíbrio entre social e ambiental; desenvolver uma análise que ultrapasse a visão limitada do fluxo circular; estímulos à natureza humana de se entender como parte do ambiente e elaborar suas próprias alternativas para buscar o espaço seguro; conhecer os sistemas da economia; buscar opções de distribuição dos recursos; aproximar-se de uma regeneração do meio ambiente; e por fim, ser crítico acerca do crescimento econômico.

Em relação a esses fundamentos, seria possível buscar um espaço seguro para toda humanidade, que não visasse apenas um exacerbado crescimento monetário para uma população restrita (RAWORTH, 2013). Por fim, conclui-se essa quebra de paradigma econômico, com a busca pela prosperidade humana, a qual se deseja construir uma nova forma de se pensar a economia e seus pressupostos (RAWORTH, 2019).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A partir da seção anterior foi possível reconhecer como vem se consolidando o colapso climático e como suas crises se relacionam com as desigualdades sociais, a partir do reconhecimento de que a humanidade se encontra interligada aos ecossistemas (MARQUES, 2023). Para isso, esta seção reconhece a importância da articulação de políticas públicas territoriais na atualidade para frear esses impactos sociais, econômicos e ambientais.

Nesse contexto, será introduzida a noção de território, assim como a diferenciação dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e as políticas públicas e seus ciclos de vida. Posteriormente, será apresentado a política pública de Territórios de Identidade do Governo da Bahia, como um exemplo de articulação que gerou determinado sucesso na validação da

importância do território e o Projeto Biorregional que tem sido aplicado em territórios na Serra da Mantiqueira.

3.1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO

A partir de Milton Santos (2002), o território se caracteriza pela noção de seu uso e não seu espaço geográfico dentro dos estudos sociais. Partindo desse ponto, o território se divide em duas formas, como território normado¹ e como território das empresas, sendo “os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas” (SANTOS, 2002, p.256).

No que se refere ao primeiro modo de contextualizar o território, para Santos (2002), é o território nacional, ligada por redes de culturas e características. O segundo modo de território se relaciona com as relações do novo mundo globalizado, visando o ponto de vista de uma classe hegemônica, repleta de regras, ideologias e individualidades. O território, considerando essa segunda forma proposta por Milton Santos, se caracteriza por reconhecimento de poder e relações de dominação, tendo significados simbólicos e materiais (HAESBAERT, 2004).

Buscando, a partir das definições de território, são reconhecidas quatro objetivos do processo de constituição do território, nos parâmetros geográficos, sendo: a projeção de um abrigo físico para uma determinada população; simbolismo de grupos nas referências espaciais, de fronteiras; controle dos espaços através da individualização; e por fim, redes de indivíduos e fluxos de informações e produtos (HAESBAERT, 2004).

3.2 O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE BASE TERRITORIAL

Colocando o território como fonte de desigualdade, deve-se buscar uma compreensão histórica acerca do desenvolvimento territorial, reconhecendo a importância de se conceitualizar os termos vigentes à temática. Para Raynaut (2014), a palavra território vem sendo banalizada durante as últimas duas décadas, como usada no Programa Territórios da Cidadania como sinônimo apenas de combate à pobreza. Para tanto, descreve-se que:

¹ Para Santos (2002) território normado é a definição de território pelos seus aspectos de densidade e quantidade, sendo assim, territórios de caráter apenas geográfico.

Território/*territoire* origina-se na palavra latina *territorium*, ela mesma procedendo da palavra terra, que designa não principalmente a matéria que compõe o solo (à qual se aplica mais precisamente outra palavra, *humus*), mas o espaço onde moram e vivem os seres humanos. *Territorium* recupera e enfatiza o vínculo espaço/ser humano, assim estabelecido, para aplicá-lo a uma extensão espacial delimitada pelo controle exercido sobre ela por um dado grupo humano (RAYNAUT, 2014, p.57, grifo do autor).

Se faz pertinente também, para Dias e Seixas (2019), a diferenciação entre os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, sendo: o primeiro descrito como a criação de vínculos afetivos ou não com os territórios; o segundo voltado a uma perda desse vínculo; e por fim, o terceiro como uma reconexão com o território ou entre outros territórios.

Com isso, a territorialização de políticas públicas (TPP) passa a ser vista como abordagem e processo (DIAS; SEIXAS, 2019). Os autores Dias e Seixas (2019) apontam que a noção de “abordagem” está ligada ao conjunto de territorializar com a ação ao invés de apenas se institucionalizar. Já o “processo” se direciona ao papel do Estado em dar uma resposta a um problema público, realizando a política pública (DIAS; SEIXAS, 2019; SECCHI, 2014).

Pensando acerca do nível de territorialização, Dias e Seixas (2019) estabelecem um modelo de avaliação para as políticas voltadas para os territórios². Para a compreensão das definições propostas na avaliação se faz necessário reconhecer os pilares de territorialização, sendo eles: um território pertinente; uma visão descendente de política *top-down*; e uma visão ascendente baseada na política de caráter *bottom-up*. Para consolidação dessas definições, se buscou estratégias de identificação dos territórios:

a TPP depende ainda dos seus efeitos na promoção do desenvolvimento territorial e/ou coesão territorial, propondo a identificação de cinco dimensões estratégicas: i) competitividade económica; ii) coesão social; iii) sustentabilidade ambiental; iv) governança territorial; e v) planejamento espacial (DIAS; SEIXAS, 2019, p.54)

² A respeito das tipologias da relação Políticas Públicas-Território se reconhece as seguintes tipologias: políticas públicas setoriais que apresentam foco em uma determinada área específica, a exemplo o setor de educação; políticas públicas que foram constituídas a partir de territórios específicos como nos casos de políticas rurais; políticas de caráter específico e de planejamento; e políticas territoriais de *bottom-up* que se dividem em políticas territoriais explícitas que buscam a regulamentação do território, o desenvolvimento territorial e inter-regionais visando a criação de políticas comuns entre territórios (ARAÚJO, 2007 apud DIAS; SEIXAS, 2019).

A partir desse entendimento acima, a primeira definição do modelo de avaliação se caracteriza como Baixa Territorialização, que assim como as outras três definições abrange mais de um território, entretanto, tem baixas contribuições nos pilares de desenvolvimento territorial e baixa forma de territorialidade. A próxima, conhecida como Média Territorialização, é mediana em relação à definição de território e moderada quanto aos três pilares de territorialização. Por fim, a terceira instituída como Alta Territorialização é forte quanto aos pilares de territorialização e tem alta forma as dimensões territoriais.

Cavalcanti *et al.* (2014) analisam que dentro do território brasileiro há espaços rurais, muitas vezes em menores municípios, que expressam desigualdades sociais da história do território nacional. Muitas dessas desigualdades, que se demonstram como mecanismos de intensificação da pobreza, estão ligadas à segregação e precarização de práticas, utensílios e insumos para produção de determinados produtos, concentração de terras e clientelismo nessas regiões.

Através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), se deu o início de consolidação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável em territórios respeitando suas características (DIAS, 2017).

Como exemplo para superação dessas desigualdades dentro do território brasileiro, através dessas políticas públicas, deve-se destacar o Programa Territórios da Cidadania (PTC), que mesmo limitando o conceito de territorialização³, se reconhece como política pública, que foi consolidado em 2008, dentro do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). O programa objetivava atuar promovendo o desenvolvimento rural nacional e se articular com outros programas governamentais (BUTTO; BEMERGUY, 2014). Através desse objetivo se interligava com questões de segregação de classe, cor e raça dentro dos espaços rurais, buscando diminuir as desigualdades (BUTTO; BEMERGUY, 2014).

Seus territórios foram, portanto, distribuídos através de critérios ligados a questões sociais, econômicas e políticas, para que esses espaços fossem

³ De acordo com Raynaud (2014), o significado de território vem sendo descaracterizado de suas múltiplas dimensões econômicas, sociais e geográficas nas duas últimas décadas, como a exemplo tem-se o TPC onde a “orientação [é] relativa ao modo de se abordar o desenvolvimento rural e o combate à pobreza” (RAYNAUT, 2014, p.57)

reconhecidos pelas comunidades, buscando uma identidade coletiva da região (CAVALCANTI *et al.*, 2014). Deve-se reconhecer que

A abrangência do Programa corresponde a um total de 1.852 municípios, o que representa 33% do total de municípios brasileiros, aproximadamente 42,4 milhões de pessoas e 46% da população rural. Em termos de segmentos atendidos, destaca-se que 47% da agricultura familiar, 67% dos assentados da reforma agrária, 66% das comunidades quilombolas, 52% das terras indígenas e 54% dos pescadores habitam esses territórios (BUTTO; BEMERGUY, 2014, p. 13).

Butto e Bemerguy (2014) apontam que o programa foi necessário para a consolidação de novos atores governamentais preocupados com o campo, que passou a ser visto como um espaço em potencial. E também serviu como base para a criação de novas políticas públicas que buscavam englobar grupos minoritários, como Plano Nacional de Brasil Quilombola, Políticas para as Mulheres e a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (BUTTO; BEMERGUY, 2014). Vale ressaltar que o programa traz uma quebra do que havia sido instituído até o momento com as políticas setoriais de combate a pobreza (CAVALCANTI *et al.*, 2014).

Entretanto, uma implicação das políticas territoriais, como no PTC, é ligada a sua metodologia de avaliação (CAVALCANTI *et al.*, 2014; RAYNAUT, 2014). Raynaut (2014) reforça que a avaliação de uma política pública deve ir além de se analisar apenas a realização dos objetivos propostos na sua implementação, pois se reconhece como problemática que

uma avaliação da política territorial passa igualmente por uma apreciação da capacidade de as ações públicas subverterem as estruturas que determinam similar trajetória de desenvolvimento nestes territórios e que, em certa medida, bloqueiam a própria construção do capital social e dos mecanismos de participação cidadã (CAVALCANTI *et al.*, 2014).

Vale lembrar que o tradicional ciclo de políticas públicas é constituído pelas seguintes etapas: identificação de um problema público; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação, podendo ser considerada uma política pública bem sucedida ou ineficiente e ineficaz, caso em que se tem a extinção dessa política pública (DIAS; SEIXAS, 2019; SECCHI, 2014).

Reconhecendo que a participação da sociedade neste ciclo é escassa, sendo vista apenas na etapa de identificação e implementação, e que o processo de avaliação é concentrado nos atores públicos, tem-se a elaboração de um novo ciclo de políticas públicas, chamado de 2º geração de políticas públicas (CAVALCANTI *et al.*, 2014; DIAS; SEIXAS, 2019; RAYNAUT, 2014; SECCHI, 2014). Esse novo ciclo se articula com a regulamentação do Estado para que os atores locais sejam capazes de assumirem a política pública desde sua implementação, vale ressaltar que essa nova estruturação não se vincula apenas a políticas territoriais (DIAS; SEIXAS, 2019).

Esse novo ciclo, para Dias e Seixas (2019), se encontra dividido em oito etapas de execução, sendo elas: agendamento, como identificação do problema público ou *policy-problem*; formação e regulamentação, em que se busca o enquadramento legal para elaboração, modelagem da política e elaboração de orientações para execução; implementação e criação de redes, a qual se inicia a identificação de participação popular de novos autores ou *stakeholders*, com base no território trabalhado; diagnóstico territorial, juntamente com as etapas de plano de desenvolvimento e plano de ação, em que busca garantir articulação com outros projetos e políticas e também há gestão de candidaturas a financiamento das atividades de projetos e ações e criação de orientações comuns para essas etapas; por fim, a oitava etapa é a monitorização e avaliação da política pública, na qual há acompanhamento e avaliações periódicas.

Vale destacar que diferente do ciclo de políticas públicas tradicional, em que após o ciclo se retoma a primeira etapa de identificação do problema, nessa nova geração se retoma a revisão do plano ou o diagnóstico, etapas em que há maior participação popular (DIAS; SEIXAS, 2019; SECCHI, 2014).

Refletindo acerca desse novo ciclo, Dias e Seixas (2019), a partir do IFDR (2010), Ferrão (2014) e Feio e Chorincas (2009), reconhecem novas possibilidades para a relação políticas públicas-território, identificadas por tipologias específicas. Quanto às Políticas Territoriais, há um enfoque na estrutura *bottom-up* (elaborada de baixo para cima) e com desenvolvimento endógeno. Referente às Políticas Públicas de Base Territorial, há um nível desigual de participação entre os atores locais e a elaboração da política se dá com base em um dado território. Já as Intervenções

Integradas de Base Territorial, articulam-se com outras políticas, ampliando os atores públicos e privados na elaboração de estratégias da política.

3.3 EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Nessa próxima seção é discutida a política pública dos Territórios de Identidade do Governo da Bahia, em suas principais características e seus espaços de atuação, e o Projeto Biorregional, com sua conceitualização e sua metodologia de articulação nos territórios. Os dois têm por finalidade servir como inspiração a este trabalho para se pensar nas principais características relevantes para a construção de políticas territoriais para a Serra da Mantiqueira, especificamente no município de Baependi, que se encontra caracterizado na seção seguinte.

3.3.1 A política pública Territórios de Identidade do Governo da Bahia

Para esta seção, foi utilizado como referência o plano do Governo do Estado da Bahia, referente aos Territórios de Identidade do Governo da Bahia. Portanto, o texto a seguir não se trata de uma avaliação crítica acerca da política pública que será descrita a partir deste ponto.

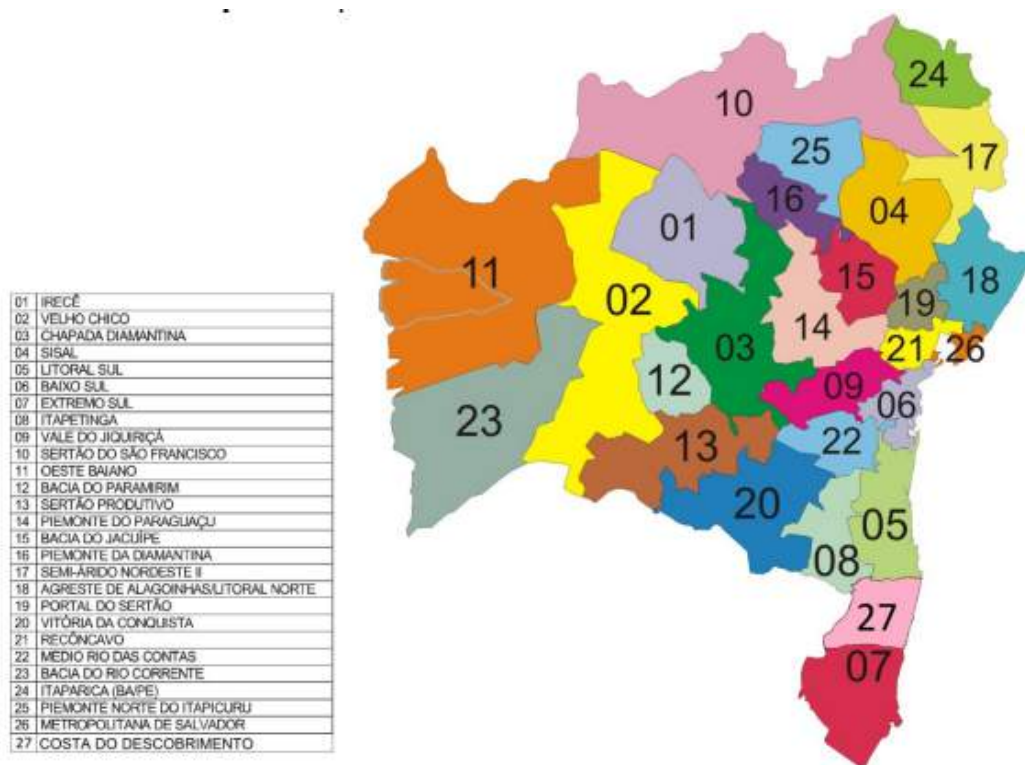
Visando políticas de desenvolvimento territorial e sustentável, se reconhece, como contexto para elaboração da política pública, o Estado da Bahia como o 7º Estado brasileiro com maior participação dentro do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, entretanto o território baiano é marcado com a presença de grande concentração de riqueza (BAHIA, 2022). Sob a visão dessa problemática, o Estado da Bahia, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário, no ano de 2003, buscou instituir a política Territórios de Identidade, baseado na política de Territórios Rurais, do Governo Federal (BAHIA, 2022; DIAS, 2007).

A política pública de Territórios de Identidade estabeleceu como seus principais objetivos expandir a visibilidade dos espaços rurais, articulando-se com outras políticas públicas para construção do desenvolvimento, de maneira sustentável e cumprindo os direitos fundamentais (BAHIA, 2022; DIAS, 2017). Vale ressaltar que essa estratégia buscava uma diminuição do poder municipal e maior participação popular através do enfoque da territorialização, estabelecendo uma nova forma de se pensar políticas públicas dos órgãos governamentais com o povo (BAHIA, 2022; DIAS, 2017).

Inicialmente, a política contemplava 5 territórios, sendo adicionados posteriormente outros 9. Entretanto, com o tempo gerou revolta por parte da população que considerava que haveria mais territórios existentes para sua composição (DIAS, 2017). Com base nisso, foi elaborado um novo grupo, com participação popular, para mapear novos territórios e reconhecer novas características, visando ampliar o reconhecimento dos territórios de identidade. Decorrente disso, no período de 2003 a 2006 foram identificados no total 25 territórios de identidade, respeitando aspectos como cultura, características geoambientais, base político-institucional e econômicos (BAHIA, 2022).

No antepenúltimo Planejamento-Plurianual (PPA), elaborado para o período entre 2012 e 2015, foram reconhecidos no total 27 territórios (Figura 2), não sendo instituídos novos territórios nos PPA seguintes (BAHIA, 2022).

Figura 2: mapa dos Territórios de Identidade



Fonte:SEI/SEPLAN (2015)

Como exemplo de destaque desses territórios, deve-se apontar o Extremo Sul. Ele foi reconhecido como um dos territórios de identidade na PPA 2004/2007, sendo composto por 13 municípios: Alcobaça; Caravelas; Ibirapuã; Itamaraju;

Itanhém; Jucuruçu; Lajedão; Medeiros Neto; Mucuri; Nova Viçosa; Prado; Teixeira de Freitas e Vereda (DIAS, 2017; BAHIA, 2016).

Com uma área de 18.514,33 Km², o território apresenta uma população de 416.859 habitantes (BAHIA, 2016). Baseando-se no percentual de extrema pobreza baiana, que no geral é de 14,31%, dados esses de 2010, o do território Extremo Sul se encontra abaixo dessa média, com índice de extrema pobreza de 9,36% (BAHIA, 2016).

Com a nova política territorial essa população se beneficiou para expansão da produção de celulose, dada através do cultivo de eucalipto. O território é responsável por 70% do PIB regional com essa produção (DIAS, 2017). Em relação à questão ambiental nesse território, o Extremo Sul apresenta um total de 195 indústrias, que foram avaliadas com baixo percentual poluidor e concentradas, em sua maioria, no município de Teixeira de Freitas (BAHIA, 2016).

Através da Lei 13.214, foi instituído, para promover a política como estatal, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter) (BAHIA, 2022; DIAS, 2017). Como supracitado por Bahia (2022) e Dias (2017), o conselho e colegiado apresentam grande relevância para os territórios. No que se refere ao Cedeter, vale ressaltar que se encontra vinculado a Secretaria do Planejamento (SEPLAN), para criação de estratégias para o desenvolvimento desses territórios selecionados, visando atuar de maneira sustentável e solidária. Sua composição se articula de maneira participativa, contando com a atuação de 8 secretarias do Estado e 8 membros de representação desses territórios. Já quanto ao Codeter, é um fórum para participação, composto por até 50% de poder governamental, refletindo os entes federados, e no mínimo 50% de representação popular.

Para corroborar com a execução e consolidação dos territórios de Identidade, o Decreto 16.792, de junho de 2016, a Estratégia da Agenda Territorial da Bahia (AG-TER) proporciona articulação do governo da Bahia, com o objetivo de desenvolvimento econômico da população baiana. A Agenda, até o ano de 2018, buscava ampliar projetos produtivos, operações de créditos e o discurso empreendedor nos Territórios de Identidade (BAHIA, 2022).

Partindo de uma busca das diretrizes de ação no programa Territórios de Identidade da Bahia, os principais pontos de destaque se concentram na alta

participação na gestão social, redes de cooperação e integração de políticas públicas (DIAS, 2017). Quanto a alta participação na gestão social, Dias (2017, p.80) ressalta que:

“à elaboração dos 3 Planos Plurianuais Participativos (2008/2011, 2012/2015 e 2016/2019) e das Conferências temáticas ou setoriais. Do ponto de vista da gestão social, merecem destaque a constituição e o funcionamento dos colegiados territoriais e seus comitês de governança, a elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) e seus instrumentos preparatórios e derivados (Diagnóstico, Estudos de Potencialidades Econômicas, Plano de ATER, etc.).

Na análise das redes de cooperação, o autor coloca que não há apontamentos suficientes para definir a influência dos Territórios de Identidade da Bahia, mas, no período de sua consolidação, ocorreu o surgimento dos consórcios públicos, “com o agrupamento de algumas Prefeituras que tinham como elemento motivador a previsão de implantação de aterros sanitários e outras obras públicas de abrangência intermunicipal, estimulados pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDUR)” (DIAS, 2017, p. 88).

Por fim, na relação com a integração de políticas públicas nos Territórios de Identidade no estado da Bahia, Dias (2017) aponta que com os consórcios públicos ocorreu uma expansão de organizações sociais interessadas em integrar os colegiados, atuando na cobrança para ampliação de políticas para os territórios.

De acordo com BAHIA (2016), a política em questão possui uma meta de curto prazo, no máximo 2 anos, alicerçada no Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva. Neste intervalo de tempo, tem-se o aumento da renda familiar, valorização dos produtos locais e fortalecimento do campo. Essa proposta busca o atendimento em totalidade da agricultura familiar, fortalecimento do comitê das bacias hidrográficas, implementação do programa jovem aprendiz para trazer os jovens para o fortalecimento do campo, inserção de pelo menos 8 empreendimentos solidários nas compras governamentais, entre outras metas.

Para a mesma política do Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva, como aponta BAHIA (2016), em médio prazo, no máximo 6 anos, tem-se outro conjunto de propostas a serem trabalhadas, sendo elas: criação da semana de economia solidária e agricultura familiar; elaboração de cursos para a valorização ambiental; formação de um grupo para mediar conflitos agrários; etc.

Esse plano propõe buscar a regularização dos territórios e cumprimento das leis ambientais.

Por fim, BAHIA (2016) aponta que há metas para o longo prazo, até 8 anos. O objetivo, nesse período, é consolidar a participação social nas políticas públicas e reconhecer as potencialidades do território. Como propostas, dentro dessa meta, se reconhece: distribuição de 50 mil mudas de espécies nativas na semana do meio ambiente para o território; garantia de crédito fundiário a pelo menos 650 produtores da região; demarcação de todas as terras indígenas e quilombolas; etc.

A política pública de Territórios de Identidade, portanto, busca atuar no território do Extremo Sul, assim como em seus outros 26 territórios, visando a recuperação das áreas degradadas, respeito dos códigos ambientais, educação igualitária, valorização e reconhecimento da territorialização e participação popular (BAHIA, 2016; DIAS, 2017). A política em questão ressalta que através do pertencimento ao território e da valorização de suas culturas que se promove o fortalecimento de sua população juntamente com o desenvolvimento sustentável (BAHIA, 2016; DIAS, 2017).

3.3.2 O Projeto Biorregional

Reconhecendo a importância de se pensar novas formas de construção de políticas territoriais, como visto na política pública dos Territórios de Identidade, esta seção irá abordar a perspectiva do biorregionalismo e sua proposta de pensarmos políticas de desenvolvimento a partir dos territórios biorregionais. Inicialmente, deve-se destacar a escassez de referenciais sobre a temática do Biorregionalismo, especialmente em português. Diante desse contexto, a principal referência utilizada para elaboração desta seção do trabalho será o livro “Pelo fim das metrópoles: um manifesto por um biorregionalismo brasileiro”, escrito por Jerome Sensier, Marta Leite Montagnana e Mathews Vichr Lopes, e publicado pela ONG Rizomar, da qual são integrantes, em 2023. Sempre que possível, será realizada uma articulação com outros referenciais similares sobre políticas públicas e desenvolvimento sustentável.

De acordo com Sensier, Montagnana e Lopes (2023), na estrutura social vigente, dentro dos pressupostos da sociedade baseada no capitalismo, se construiu o imaginário de que os meios urbanos são geradores de melhorias na qualidade de vida da população. Todavia, uma grande parcela da população, ilustrando os centros

urbanos como potencializador das crises, é excluída dos acessos aos recursos básicos, que, em consonância, direciona-se ao colapso socioambiental (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023; SANTOS, 2002).

O livro inicia-se com a análise dos modos de vida como sua justificativa, destacando que o colapso climático e ambiental se consolidou a partir do século XX, com a grande aceleração dos maquinários de produção, a qual, na década de 70 com a declaração de crise sob o planeta, os autores apontam que as medidas tomadas pelas governanças globais vem sendo ineficazes para controlar essa crise (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

Para essa compreensão, o texto descreve a metáfora do Titanic, a qual aponta que o colapso socioambiental é sentido inicialmente pela população que carece de acesso aos recursos básicos, sendo vista por uma classe média que ideologicamente não se identifica com essa classe mais baixa, enquanto a classe dominante desconsidera a existência e problemática ambiental (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

Para os autores, um dos principais agentes responsáveis pela consolidação do colapso socioambiental é o processo de urbanização das cidades. Isso se deve, pelo uso exacerbado de recursos naturais, como carvão, petróleo e gás natural, que são extraídos desenfreadamente dos ecossistemas. Com base nisso, a dinâmica urbana-industrial, apontada pelos autores, promove a colonização dos ecossistemas e paisagens, a fim de homogeneizar os processos naturais e culturais (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

Através dessa dinâmica, o trabalho em questão destaca o conceito de entropia, sendo caracterizado como um indicador de quantidade de energia inutilizável em um sistema termodinâmico. A entropia aplica-se a qualquer sistema, como na queima de um pedaço de carvão, na qual é impossível se retornar ao seu valor de condução (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). Essa ideia, a partir do paradigma urbano-industrial, se materializa na degradação ambiental, mas também em relações socioeconômicas (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

Com a tendência capitalista de se vender como sociedade que se organiza para se alinharem às necessidades dos ecossistemas, ocorreu a criação de um mercado de cidades inteligentes (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). Essa ideia pode ser vista em Queiroz (2019, p.28), a qual

As narrativas que circundam o empreendimento apostam no discurso “ecológico” e “sustentável” para atrair compradores, o que se torna um diferencial do bairro. A inserção do “meio-ambiente” e a preocupação com o mesmo no cotidiano dos moradores, estão presentes no planejamento do bairro: placas para aproveitamento de energia solar, captação da água da chuva, sistema de coleta de resíduos a vácuo e redes de ciclovias englobam as tecnologias a serem aplicadas com vias ao alcance da sustentabilidade.

Como ressalta a Sensier, Montagnana e Lopes (2023), enquanto uma parcela da população tem acesso a esses bairros de fachada ecológica, a outra parcela da população sofre com a violência urbana, tendo que enfrentar ainda três horas em transportes públicos para deslocamentos nos grandes centros (IPEA, 2018; SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

Buscando voltar o conceito para o cenário brasileiro, vale ressaltar que “existem muitos brasis dentro do Brasil” (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023, p.79). Para o projeto biorregional, portanto, se deve reconhecer a importância da miscigenação da população brasileira, seus relevos e modos de vida sustentável de povos indígenas, quilombolas e caiçaras (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). Assim, destaca-se que “O movimento regionalista é cada vez mais reconhecido internacionalmente como programa político de ecologia radical (...). Trata-se de construir novas perspectivas a partir dos nossos territórios, nas suas existências naturais e socioculturais.”(SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023, p. 85).

Considerando esse contexto, o livro selecionado para compor este referencial teórico busca chamar o indivíduo para refletir sobre essas crises e através desse processo, levá-lo ao conhecimento de uma alternativa sistêmica possível, denominada Biorregionalismo (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

Na busca pela elaboração de novos imaginários, o biorregionalismo, assim como outras alternativas sistêmicas, propõe uma reformulação da vida humana na terra e seus impactos, a fim de respeitar os limites dos ecossistemas (KOTHARI; SALLEH; ESCOBAR; DENARA; ACOSTA, 2021; ONG RIZOMAR, 2023). Como ferramenta de planejamento, ocorre um reconhecimento do território, sem intervir na ocupação da população e no ecossistema local, como ocorre nos Territórios de Identidade (BAHIA, 2022; DIAS, 2017; SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

O biorregionalismo é uma proposta de transição que “estimula a construção das nossas perspectivas a partir dos territórios que habitamos, nas suas existências

naturais e socioculturais” sendo baseados em teorias ligadas nas práticas agroecológicas e no pensamento do Bem Viver (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023, p.80). Seus objetivos se direcionam à territorialização e à conquista de uma transição climática efetiva em defesa dos bens-comuns (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

A estruturação do biorregionalismo como projeto de transição se dá a partir do entendimento de um tripé, que engloba a construção de novos imaginários, instrumentos de planejamento e a construção de um método de ação local (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). Referente ao primeiro arcabouço do tripé se identifica a elaboração coletiva de novos imaginários, que se caracteriza pela presença de redes de articulação do projeto desde as frentes de educação, arte e cultura, para se trabalhar a educação ecológica e a territorialização de populações que estão desconectadas de uma realidade fora dos centros urbanos e organizações de grupos para buscar uma mudança radical do cenário atual (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

A respeito da segunda dimensão do tripé, se reconhece os instrumentos de planejamento para a projeção em escala macro. Dentre essa parcela do tripé do biorregionalismo se desenvolve três conceitos necessários para conduzir a proposta. O primeiro se estabelece na descentralização da população, se expandindo pelo território interligada ao conceito de autonomia com questões alimentares e recursos energéticos e hídricos e práticas autogestionárias (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). O segundo conceito é a autolimitação, atuando no ambiente reconhecendo seus limites através dos processos de absorção dos recursos, restauração e regeneração, buscando colaborar dentro de um novo pensamento econômico (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). E por fim, o terceiro conceito refere-se ao reconhecimento dos bens-comuns de cada território da biorregião, que se objetiva na criação de planos em defesa desses bens.

Retomando, Sensier, Montagnana e Lopes (2023) apontam que a terceira dimensão do tripé segue para a busca de um método de atuação na biorregião. O objetivo está em incentivar pequenas práticas e projetos locais, tendo como principais incentivos a protagonização de sociedades territorializadas, menor impacto na escala do território biorregional e buscando metodologias que possam ser replicadas. Cinco frentes de trabalho são estruturadas para se pensar em um

método de ação: regeneração ambiental, práticas agroecológicas e de soberania alimentar, a presença de construções sustentáveis, energias renováveis e micro indústrias e a economia solidária (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

A primeira frente de regeneração ambiental busca o aumento da capacidade do fluxo dos lençóis freáticos e o crescimento da diversidade de animais e da flora (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). A segunda frente, ligada às produções de alimentos de forma agroecológica e soberania alimentar, que se espera que sirvam como precursores para geração de ervas medicinais, bioconstruções e bioconstrutores (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

As bioconstruções compõem a terceira frente, executando uma resignificação das construções e da conscientização dos impactos gerados, seguidas pela quarta frente de renovações no campo energético e micro indústrias visando se alcançar pequenas fábricas de menores impactos e usinas comunitárias (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). Para concluir, se reconhece como última frente a economia solidária e circular, buscando se repensar as relações de trabalho e renda, práticas coletivas e autogestionárias, capazes de integrar todos os indivíduos do território nas relações de trabalho, criação de uma moeda local e estabelecimento de comércios justos (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

Para caracterizar um espaço biorregional, a Sensier, Montagnana e Lopes (2023) ressalta que diferentemente do antropocentrismo que coloca a espécie humana como centro do planeta, se deve propor que os seres humanos e outros seres vivos e não vivos estejam dentro da biorregião, sendo possível que os ecossistemas consigam se regenerar e restaurar os impactos trazidos pela humanidade (KOTHARI; SALLEH; ESCOBAR; DENARA; ACOSTA, 2021; SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). Portanto,

A visão biorregional deve servir de motor para a criação de novas narrativas e futuros desejáveis. No caso brasileiro, essa perspectiva traz reflexões importantes para imaginarmos um cenário de adensamento e repovoamento do campo, viabilizando por outro tipo de retomada (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023, p.120)

A biorregião parte da análise individual de percepção do seu espaço e cultura, partindo de que para “delimitação da sua biorregião, deve então prevalecer duas características territoriais: a unidade ecológica e a coerência sociocultural (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023, p.51). A biorregião, portanto, seria “para

o bem-estar dos seres humanos e de toda biosfera de modo geral, a partir do princípio de autodeterminação e sustentabilidade” (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023, p.48).

Partindo do cenário brasileiro, Sensier, Montagnana e Lopes (2023), afirmam que o país é repleto de biorregiões, desde que se parte de uma análise da historicidade e aspectos geográficos. Como exemplo se pode apontar a Chapada dos Veadeiros em Goiás, com grande variedade de comunidades, forte riqueza cultural e assentamentos rurais, compondo, atualmente, o movimento de novos moradores no campo em busca de novas dinâmicas de vida. Outro forte exemplo, está no território que sustenta o espaço territorial em análise deste trabalho, a Serra da Mantiqueira, com grupos caipiras serranos e crescimento das florestas da Mata Atlântica decorrente do êxodo rural em meados de 1940, que gerou abandono dos campos de pastagens (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

Quanto a sua metodologia, a Sensier, Montagnana e Lopes (2023), coloca a importância de se reconhecer a escala territorial e seus impactos socioambientais, para que seja reproduzido em outros territórios que busquem esse projeto. Compõe também, nessa proposta a busca pelo conhecimento de consumo de plantas comestíveis, instigando o que é disponível em abundância em cada território e o *low-tech*, que prioriza tornar a tecnologia viável a todos, principalmente para auxiliar o desenvolvimento sustentável no campo. Dentro da parte metodológica, cabe reconhecer a importância dos bancos comunitários, elaborados através da economia solidária, em um sistema de microcrédito, em forma de uma moeda local, como uma ferramenta que o biorregionalismo se apropria (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

4 ESTUDO DE CASO: CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO BIORREGIONAL PARA A BACIA DO RIO BAEPENDI

A presente seção buscará construir e delimitar a região de estudo neste trabalho. A partir da definição de que a pesquisa se construiria sobre a análise do perfil dos(as) membros(as) da Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi, se tornou necessário trazer o contexto do território de trabalho, sendo este o município de Baependi, na Serra da Mantiqueira e seu entorno. Após esse tópico, tornou-se importante traçar o objeto de estudo da articulação, e por fim, o percurso

metodológico da pesquisa e como se constituiu a elaboração do questionário utilizado como ferramenta para obtenção de dados deste estudo.

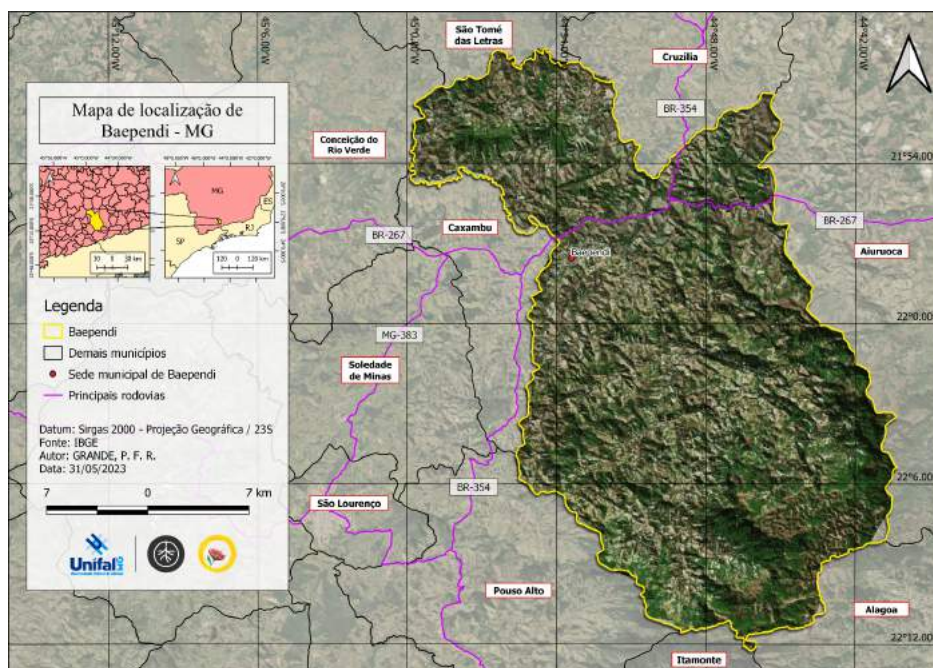
4.1 A REGIÃO EM ESTUDO: SERRA DA MANTIQUEIRA, ÁREA RURAL DE BAEPENDI

De acordo com o IBGE (2017), as regiões brasileiras se encontram divididas em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Nessa nova conceitualização do território, se reconhece as regiões imediatas como construídas em localidades de centros urbanos agrupados que suprem a necessidade de sua população acerca de serviços básicos, bens de consumo para relações de compra, venda e trabalho.

Referente às regiões intermediárias, o IBGE (2017) descreve como um intermediário entre os estados e as regiões imediatas. Dentro de sua composição necessita-se da inclusão de uma metrópole, da capital ou de um menor município que fosse representativo para esse conjunto, principalmente para casos em que não contemple a existência de alguma metrópole (IBGE, 2017).

O município de Baependi, situado na Serra da Mantiqueira, contempla a Região Geográfica Imediata de Caxambu-Baependi, composta por 8 municípios, sendo eles: Aiuruoca, Baependi, Carvalhos, Caxambu, Cruzília, Minduri, Seritinga e Serranos (IBGE, 2017).

Figura 3: Área de Estudo



Fonte: Relatório do Projeto de Pesquisa “Mapeamento e análise do ecossistema de inovação socioecológica da Serra da Mantiqueira mineira”- RIZOMAR Unifal (2023)

Dentro da Área de Proteção Ambiental (APA), na Serra da Mantiqueira, com a junção das sub-bacias São Pedro e Gamarra, se constitui o Rio Baependi. Sendo afluente ao Rio Verde, é o maior afluente em área de drenagem e vazão, com uma área de drenagem de 113.700 ha (PMSB, 2019).

No que se refere ao município de estudo, Baependi conta com uma população aproximada de 19.249 habitantes (IBGE, 2021), apresentando uma área territorial de 750.554 km². Sendo um território que ao longo de sua história contou com a presença de populações indígenas, como os povos Cataguás e Puris, não havendo mais registros dessas populações nesses territórios devido ao processo de “civilização” pelo grupo de bandeirantes que instauraram o município no século XVII (GUIMARÃES, 2020; RAMOS 2017). Referente a etnia Puri, cabe apontar que

[os] Puris destas regiões eram conhecidos como índios bravos que deveriam ser conquistados através de guerras e dominação. Perdiam seus locais de caça, tinham cada vez mais dificuldade de procurar alimento e defendiam seu território da invasão européia. Praticaram furtos e roubos nas roças e fazendas e se juntaram diversas vezes com os Coroados nestas ações de sobrevivência. Muitos Puris morreram e tantos outros foram capturados e levados como escravos para servir de mão-de-obra nas fazendas. As mulheres serviam também como escravas sexuais (LEMONS, 2016, p.108).

É indissociável apontar que “os relatos sobre estes indígenas os negligenciaram em nome de uma perspectiva eurocêntrica, de valorização do colonizador” (GUIMARÃES, 2020, p.41). Assim como seu apagamento se dá também dentro de documentações da época desse território, a qual esses povos eram genericamente chamados de carijós (MONTEIRO, 1994).

No Plano Municipal de Saneamento Básico do município (PMSB, 2019), a bacia hidrográfica do rio Baependi, afluente do Rio Verde, é caracterizada por desaguar nos rios Gamarra e São Pedro. Ressalta-se que sua vazão de retirada é de 0,1676 m³/s, e representa 7,3% da vazão total da bacia. No setor de instrumentos de recursos hídricos, a classificação de enquadramento varia entre especial, classe 1 e classe 2, representando uma boa classificação de enquadramento e, conseqüentemente, de qualidade das águas.

O município de Baependi se encontra no bioma da Mata Atlântica e compõe nas Unidades de Conservação do Parque Estadual da Serra do Papagaio, sendo essa Proteção Integral e, da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, sendo definida como de Uso Sustentável (PMSB, 2019).

Adentrando em uma composição econômica e histórica do município, para compreensão de sua área rural, entende-se que “Baependi esteve ligada à produção e a comercialização de gêneros de abastecimento desde a formação do povoado, ainda no século XVIII” (PAULA, 2018, p.90). Minas Gerais historicamente apresenta altos índices de mineração que condicionaram a população a uma grande concentração nos centros urbanos, contudo, com o percurso de produções agrícolas na região destinou uma parcela da população para atuação no campo, sem dependência dos territórios urbanizados (AZEVEDO, 2019). Com base nisso, essa diversidade de atividades no território gerou diferentes estruturas de organização por parte da população mineira (AZEVEDO, 2019).

A diversidade de construção do território mineiro decorre do processo de escravidão que foi capaz de gerar grandes concentrações de riquezas na região, a qual a Vila de Baependi apresentava grande valorização na compra de escravizados (PAULA, 2018). Essa concentração de riqueza desencadeou que Baependi não se desenvolvesse com algum monopólio de produção, mesmo com um destaque para a produção de tabaco, pois havia uma diversidade de produtos cultivados pelos cativos (PAULA, 2018).

Avançando no processo histórico e refletindo sobre esses fatores que atuaram para a consolidação do que se caracteriza hoje como o município de Baependi, cabe reconhecer portanto a importância dos pequenos bairros rurais presentes no território, os quais apresentam dependência do curso d'água da região como abastecimento e forma de esgotamento sanitário (PMSB, 2019). Dentre os agrupamentos rurais se destacam os bairros: Vale do Gamarra, Piracicaba, Rego D'água, São Pedro e Vargem da Lage (PMSB, 2019).

Quanto ao Vale do Gamarra, sua população vive de forma mais afastada do urbanismo local, onde suas produções são familiares e voltadas ao gado leiteiro e à venda dos produtos derivados dessa atividade (JUNQUEIRA, 2014). O isolamento desse bairro, onde há pouca interação com o município para compra de alguns bens, é sustentado pelos valores como solidariedade e companheirismo das famílias (JUNQUEIRA, 2014).

Quanto aos outros bairros rurais destacados acima, o Piracicaba, situado nos limites da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, conta com uma população de 314 habitantes e sua atividade econômica é voltada para o artesanato de palha e bambu e a agropecuária (PMSB, 2019). O local conta com um pequeno atendimento de saúde a cada quinze dias, com a presença de um médico, enfermeiro e técnico em enfermagem (PMSB, 2019).

Conjuntamente o bairro São Pedro possui uma população de 437 habitantes, destacando-se em atividades como criação de gado para produção leiteira e corte e o artesanato (PMSB, 2019). Com a presença de um médico e enfermeiro, quinzenalmente a população pode ser atendida em um equipamento de saúde (PMSB, 2019).

Quanto ao bairro rego D'água, há uma população de 382 habitantes, com uma economia voltada à agropecuária e ao artesanato (PMSB, 2019). Vale destacar que, assim como o bairro Piracicaba e São Pedro, seu atendimento de saúde ocorre quinzenalmente (PMSB, 2019).

Por fim, se reconhece o bairro Vargem da Lage, se encontrando, assim como o bairro Piracicaba, nos entornos da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, com uma população de 501 habitantes e atividade econômica de agropecuária leiteira e piscicultura (PMSB, 2019). Assim como os outros bairros, conta com atendimentos de saúde com intervalos de quinze dias (PMSB, 2019). Um

importante destaque para esse pequeno bairro rural se caracteriza por pertencer a microbacia do Ribeirão Jacú, atuando na formação do Rio Baependi, que tanto abastece os municípios de Caxambu e Baependi (PMSB, 2019).

Deve-se reconhecer, portanto, esses bairros como agentes de fuga do sistema capitalista e seus malefícios, valorizando o lazer e o trabalho, de maneira equilibrada (JUNQUEIRA, 2014). Essas características se tornam essenciais para se pensar novas formas de existências, sendo trabalhadas, a partir desse ponto com o conceito do biorregionalismo.

4.2 O OBJETO DE ESTUDO: A ARTICULAÇÃO BIORREGIONAL DA BACIA DO RIO BAEPENDI

Para compreensão, se estabelece os neo rurais como uma quebra do senso comum que define o campo como atrasado. Esse novo movimento, portanto, se caracteriza pelo abandono dos grandes espaços urbanos para integração do campo, num processo de valorização da reterritorialização (DIAS; SEIXAS, 2019; RIBEIRO, 2016). Esse movimento foi se consolidando no Brasil na década de 1970 e é uma definição do processo que vem ocorrendo em Baependi através das ecovilas que vem se estabelecendo na região (RIBEIRO, 2016).

Reconhecendo o município de Baependi como de grande importância socioambiental, cabe buscar sua associação com a proposta do Biorregionalismo, conceito já apresentado nesta pesquisa. Pensando nisso, destaca-se a atuação da ONG Rizomar, produtora e organizadora do livro “Pelo fim das metrópoles: um manifesto por um biorregionalismo brasileiro”, utilizado como referencial para a consolidação deste trabalho.

A ONG Rizomar é uma organização sem fins lucrativos que, através do conhecimento das crises climáticas e sociais nos centros urbanos, faz o movimento de desenvolver territórios resilientes que buscam se constituir cada vez mais como projetos biorregionais. Essa proposta ocorre através da consolidação dos três pilares agregados pela organização, sendo a resiliência coletiva, a ecologia profunda e o biorregionalismo (RIZOMAR, 2020 - online).

No que se refere à propriedade coletiva, a ONG Rizomar (2021) defende a inexistência da especulação imobiliária, a consolidação da governança horizontal no espaço e a preservação do coletivo. Quanto à ecologia profunda, se estabelece

através da diminuição de ocupação no território da ecovila para 10% e garantia de 50% de área de preservação, e quanto ao biorregionalismo, deve-se atuar com base na autonomia do território e a integração da rede biorregional (ONG RIZOMAR, 2021).

Nesse cenário, se instalaram em Baependi, através do projeto e metodologia das comunidades rizoma, as ecovilas Maue, com a participação de 24 pessoas, e a Jurema, criada posteriormente em 2021, com a participação de 16 famílias. Vale ressaltar também, que a ONG Rizomar, com o projeto comunidade rizoma, acompanha outros territórios que desejam se integrar à rede criada pelo biorregionalismo (ONG RIZOMAR, 2021).

Dentre as atividades estabelecidas pela ONG Rizomar, está a Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi, instituída em fevereiro de 2023, organizada em 10 frentes de trabalho: Regeneração agroecológica; Recursos hídricos; Economia solidária; Produção cultural; Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS); Educação ambiental e gestão; Resgate e memória histórica; Gestão de risco; Apoio técnico digital; Ferramentas de articulação.

A criação da Articulação se iniciou com a constatação dos(as) membros(as) da Rizomar - Victor, Débora e Jérôme - de que existiam iniciativas locais de impacto positivo que se associavam à proposta do biorregionalismo, conforme mapeamento feito na região em 2019. A partir daí, Jérôme expôs a ideia a todos que se interessaram na proposta e em seguida o grupo começou a estruturação, contando com inicialmente 10 áreas de interesse listadas no parágrafo anterior. A proposta está em focar além da construção de comunidades desenvolvidas pela ONG, mas em trabalhar com propostas inovadoras dentro desse território.

A partir desse contexto na região de Baependi, e todo referencial estruturado nesse trabalho, se seguirá o percurso metodológico, a qual se propõe buscar como serão construídas aproximações entre aspectos da Articulação e a política pública dos Territórios de Identidade. Nesse processo a seguir, será utilizado a pesquisa de campo, através da aplicação de questionário.

4.3 PERCURSO METODOLÓGICO

A primeira parte do trabalho se constituiu em uma revisão bibliográfica e contextualização de aspectos sobre o colapso climático e a época do antropoceno e

de conceitos chaves sobre as políticas públicas, voltando-se para a área das políticas públicas de territórios.

A segunda parte do trabalho busca analisar, através de pesquisa empírica, o perfil dos membros da Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi, para reconhecimento das pessoas que buscam se mobilizar e sensibilizar com o projeto biorregional, bem como as ações realizadas pela Articulação. Para a análise dessa pesquisa será utilizado a técnica de estatística descritiva e a análise de conteúdo.

Inicialmente, para obtenção de dados para a pesquisa foi realizada a construção de questionário, através da plataforma gratuita Google Forms. No questionário em questão foram estruturadas 6 seções, que contemplam no total 26 perguntas (22 objetivas e 4 dissertativas).

O convite para participação na pesquisa foi feito através do grupo da articulação do projeto biorregional, na plataforma WhatsApp, para o total de 73 pessoas integrantes da iniciativa. Ao todo foram obtidas 20 respostas completas do questionário (27,40% de taxa de resposta). Após a coleta de dados, que ocorreu entre os dias 3 de outubro de 2023 e 18 de outubro de 2023, foi realizada a análise dos dados, utilizando-se as técnicas de estatística descritiva e análise de conteúdo, apresentada na seção 5.

A metodologia de análise em questão inicialmente utilizada neste trabalho consiste em “recolher, organizar, sintetizar e descrever os dados” (SANTOS, 2007, p.15). Para o funcionamento se busca a identificação do problema de pesquisa, cronograma de construção do estudo, coleta dos dados, apresentação geral dos resultados e sua interpretação (SANTOS, 2007). Sua relevância neste trabalho se dá na análise sintetizada dos dados obtidos com a aplicação do questionário descrito acima e entrará em composição no primeiro tópico da seção 5.

4.4 QUESTIONÁRIO ELABORADO

O questionário foi elaborado a partir da definição de 4 seções compondo as questões referentes ao: Perfil dos(as) membros(as) da Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi; Participação em projeto/iniciativa/negócio de impacto positivo; Engajamento em ações no território da bacia do Rio Baependi e imediações; e, por fim, o Engajamento na Articulação biorregional do Rio Baependi.

A primeira seção intitulada “Perfil dos(as) membros(as) da Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi”, foi construída para aquisição dos seguintes dados:

- a) dados básicos de caracterização como idade, orientação sexual, gênero e etnia;
- b) dados de identificação quanto a localidade, escolaridade concluída e atuação profissional do participante.

Na elaboração das questões deste bloco, foram priorizadas questões objetivas para facilitar a compreensão do percentual dos dados coletados. As alternativas se baseiam, em sua maioria, nas utilizadas na última pesquisa do Censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na segunda seção nomeada como “Participação em projeto/iniciativa/negócio de impacto positivo”, a construção da única pergunta que a compõe se dá em reconhecer se o participante da pesquisa atua em qualquer iniciativa de impacto positivo no território, caso a resposta para essa questão seja negativa, o questionário direciona o indivíduo a pular a próxima seção que aborda seu engajamento nessas possíveis iniciativas.

A terceira seção, intitulada “Engajamento em ações no território da bacia do Rio Baependi e imediações”, apresenta 2 questões objetivas para listagens de ações de impacto positivo no território e a especificação de qual é considerada pelo participante como a principal em que atua. Com base nessa especificação de maior relevância, serão contempladas questões de identificação e aproximação com as frentes de trabalho da articulação, público-alvo, tempo da iniciativa, atores envolvidos e proximidade com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por fim, a quarta seção, nomeada “Engajamento na Articulação biorregional do Rio Baependi”, é destinada para sua participação direta na Articulação Biorregional na Bacia do Rio Baependi. O foco está em identificar a relação do indivíduo com sua frente de trabalho dentro de articulação, para isso foi solicitado que:

- a) o indivíduo define o tempo de participação, nível de engajamento atual e nível de engajamento que espera no futuro e suas expectativas com o projeto;
- b) definição da frente de trabalho proposta em que tenha participação mais ativa, tempo aproximado em que ocorrem encontros da frente, se há a

existência de projeto já desenvolvido pela frente e se ela tem impacto positivo no território;

- c) concluindo, há espaço, em forma de questão dissertativa, para que o participante da pesquisa narre os principais desafios, que em sua experiência, sentiu em relação a articulação.

Por fim, como dito, a seção 5 apresenta a análise das questões objetivas e subjetivas coletadas via questionário.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do referencial teórico construído e do percurso metodológico pertinente a este trabalho, se segue, inicialmente, a análise descritiva das 22 questões objetivas e 1 dissertativa. Sua análise objetiva reconhecer o perfil dos(as) membros(as) da Articulação da Bacia do Rio Baependi e características das iniciativas de impacto positivo no território. Vale ressaltar que o número de respostas representa apenas uma amostra do total de membros(as), sem representatividade estatística.

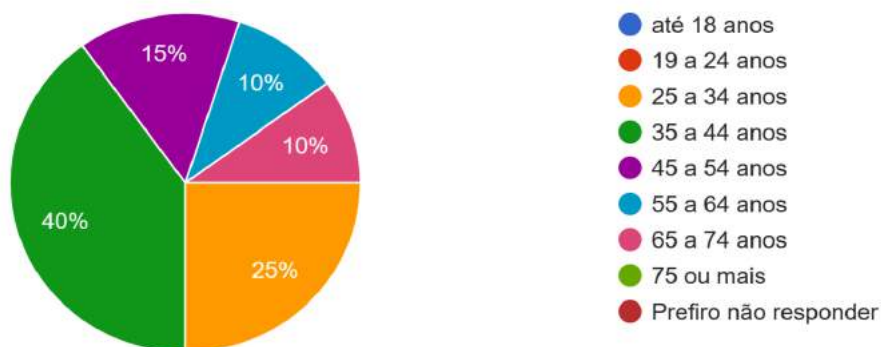
Após a análise descritiva dos dados das questões objetivas, buscando reconhecer os pontos fortes da proposta de trabalho, segue-se neste tópico a análise da questão dissertativa final, que visa buscar a identificação das alternativas locais e os desafios e lacunas presentes no desenvolvimento do projeto biorregional.

5.1 PERFIL E ENGAJAMENTO DOS(AS) MEMBROS(AS) DA ARTICULAÇÃO BIORREGIONAL DA BACIA DO RIO BAEPENDI

Este tópico trata do perfil dos(as) membros(as) da Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi, presente na segunda seção do questionário, analisando respostas sobre faixa etária, moradia e localidade, sexo, orientação sexual, identificação étnico-racial, escolaridade e atuação profissional.

Tratando sobre a faixa etária do grupo de indivíduos, o Gráfico 1 revela que 40% dos participantes (8 respostas) possuem entre 35 e 44 anos, 25% (5 respostas) possuem idade entre 25 e 34 anos, com a maioria, 15 % (3 participantes) possuem idade entre 45 a 54 anos, 10% (2 respostas) com idade entre 55 a 64 anos e 10% (2 respostas) na faixa de 65 a 74 anos.

Gráfico 1 - Idade dos(as) membros(as) da articulação

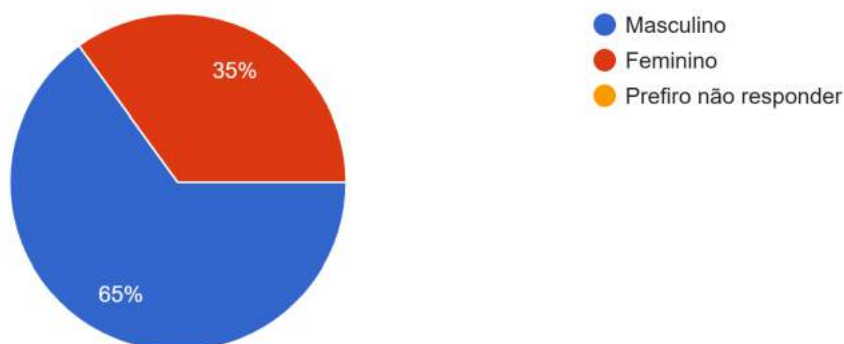


Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta Google Forms

Referente às perguntas sobre moradia/estadia e localidade/bairro, apontam que doze pessoas se localizam no município de Baependi, sendo três no bairro rural São Pedro, duas do bairro rural Vale do Gamarra, duas do bairro rural Piracicaba, duas no bairro Lagoinha, uma pessoa do Bananal de Itaúna, uma do bairro Seival e uma não especificou sua localidade. Três pessoas residem no município de Caxambu, sendo uma no bairro Belvedere, uma no centro do município e uma pessoa do bairro Santo Antônio.

Conforme Gráfico 2, na análise da Q5, que aborda ao sexo dos indivíduos do grupo, constatou-se que 65% (13 respostas) são do sexo masculino e 35% do total de participantes da pesquisa são do sexo feminino (7 respostas).

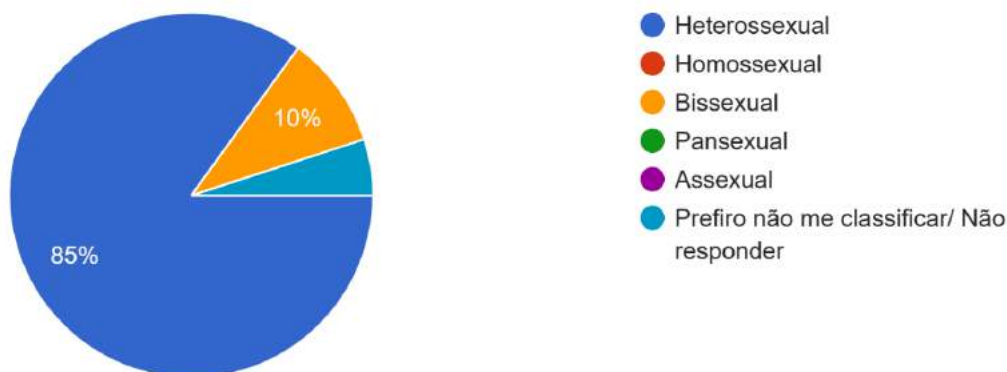
Gráfico 2 - Sexo dos(as) participantes



Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta o Google Forms

E quanto à orientação sexual, Gráfico 3, foi possível concluir que 85% dos participantes (17 respostas), são heterossexuais, 10% dos participantes se definem como bissexuais (2 repostas) e 5%, ou 1 resposta, representa a alternativa “Prefiro não me classificar/ Não responder”.

Gráfico 3 - Orientação sexual

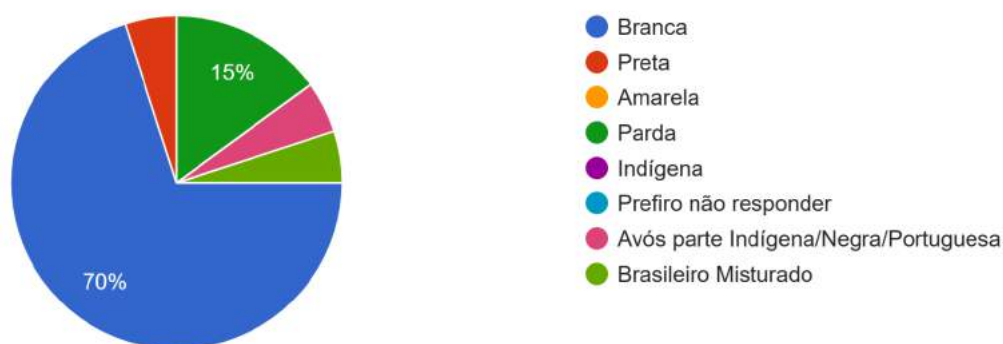


Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta Google Forms.

A Q7 (identificação étnico-racial) permite verificar a diversidade de pessoas presente no biorregionalismo brasileiro (cf. sugerem SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). 14 membros(as) são brancos, ou 70% do total, 3 pessoas, 15% das respostas, são pardos, 1 pessoa se considera preta, 1 pessoa avós parte Indígena/Negra/Portuguesa e 1 pessoa Brasileiro Misturado, contabilizando cada uma dessas três categorias como 5% do total.

É imprescindível reconhecer que, através da Q6 e Q7, se reconhece a baixa diversidade dos(as) membros(as) da articulação biorregional, destacando também que a articulação se encontra em processo de construção e acolhimento de novos membros(as).

Gráfico 4 - Identificação étnico-racial



Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta o Google Forms

A Q8 (“Formação mais elevada que concluiu”) está ligada à identificação do nível de escolaridade dos participantes, revela que 50% do total (10), apresentam ensino superior completo, 30% (6) apresentam especialização de nível superior (com duração mínima de 360 horas), 10% (2) possuem o título de mestre, 1 participante possui doutorado e 1 respondente assinalou “Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo) completo”, totalizando cada um destes 5% do total.

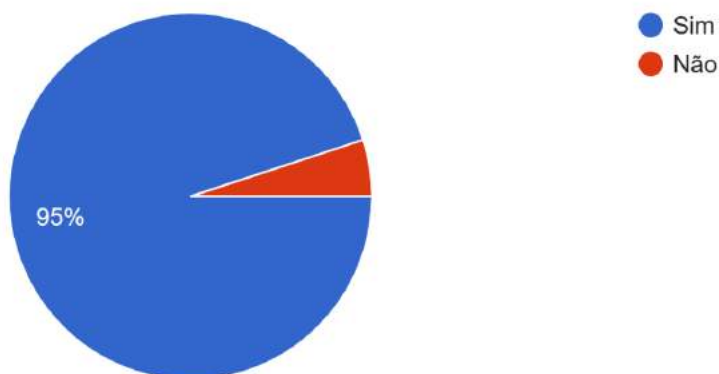
E, ao fim desta seção, foi feita a Q9 “Qual sua atuação profissional?”. Dentre os respondentes, 12 deles, 60% das respostas, atuam profissionalmente por conta própria (sem empregados), 20% dos participantes atuam no setor privado, total de 4 respostas, 1 atua como empregador de pelo menos um empregado, 1 como Trabalhador Rural e Violeiro, 1 como Trabalhador não remunerado em ajuda a algum morador do domicílio ou parente e 1 atuante do Terceiro Setor - ONG, esses quatro compondo cada um como 5% dos resultados.

Na terceira seção, a Q10 (Gráfico 5) se direciona para a participação em alternativas e projetos de impacto positivo nas esferas ecológicas, sociais, políticas e econômicas com respostas possíveis as alternativas “sim” ou “não”. Sua análise busca reconhecer a inserção dos indivíduos e engajamentos em propostas da comunidade, reconhecendo a capacidade de (des)envolvimento de cada indivíduo para se constituir uma rede de apoio fortalecida (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

Caso a resposta do participante seja negativa, o formulário direciona o participante direto para a quinta seção e em caso afirmativo o indivíduo segue para a seção seguinte para que a iniciativa seja analisada.

Pela análise dos dados, conclui-se que 95% dos participantes da pesquisa (19 participantes), participam de algum projeto de impacto positivo e apenas 5% (1 participante) não realiza. Com base nisso, se reconhece que a próxima seção (4ª seção) contemplará o total de 19 respostas.

Gráfico 5 - Desenvolvimento de atividades de impacto local positivo



Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta o Google Forms

Na quarta seção, busca-se reconhecer as ações locais do território. Há duas questões dissertativas inicialmente: a Q11 que pergunta quais ações o respondente está envolvido e onde elas acontecem, e a Q12, que pede para o participante escolher qual a principal ação que está envolvido atualmente e usá-la como referência para responder às questões 13 a 17.

Na Q12 (Quadro 1 e Gráfico 6), foi solicitado ao participante da pesquisa que especificasse qual ação de impacto positivo local ele gostaria de utilizar para responder às questões seguintes do questionário, sendo que apenas 4 participantes não quiseram especificar as ações, sendo que em 1 respostas houve a especificação do motivo do(a) participante. Para análise, é condizente perceber que as atividades descritas podem ser associadas às frentes de ação local constituídas no “Pelo fim das metrópoles: Manifesto por um biorregionalismo brasileiro”.

Seguindo a estruturação proposta por Sensier, Montagnana e Lopes (2023), a implementação do projeto biorregional considera cinco categorias para organizar as ações de desenvolvimento no território, sendo elas: regeneração ambiental e paisagística, soberania alimentar e agroecologia, bioconstrução e artesanato,

energias renováveis e micro indústrias e economia solidária (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

A frente de Soberania alimentar e agroecologia se caracteriza pela procura de autonomia da biorregião, na valorização de seus alimentos regionais, facilitando o plantio e servindo de abastecimento para a população local (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). Como ações locais, identificadas em 13,3% (2 respostas) da pesquisa, situa-se às feiras livres na região toda de Baependi, como exemplo a feira livre no Bairro Piracicaba.

A importância dessa frente é destacada quando se reconhece a privação de alimentos à população como um dos pilares da pobreza (RESENDE; COSTA; REIS, 2020; IPEA, 2018). Buscar a soberania alimentar é buscar a dignidade de sobrevivência na comunidade, sendo por isso, necessário para a construção do projeto biorregional.

A frente de Bioconstrução e artesanato valoriza materiais de baixo impacto ecológico e com grande foco em matérias primas da região (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). Buscar o conhecimento dos materiais regionais é uma importante estratégia frente aos impactos da época do antropoceno, dado que o modelo de produção capitalista implica grandes percursos entre a extração e venda de matéria-prima (ARTAXO, 2014; CRUTZEN; STOERMER, 2015; PÁDUA, 2015; SILVA; ARBILLA, 2018; VIOLA; BASSO, 2016).

Com base no questionário, foi possível apontar e reconhecer a ação local dos mutirões de construção e plantio (representando 6,7%), muitas vezes ocorrendo dentro das ecovilas da região, Maue e Jurema.

Para Sensier, Montagnana e Lopes (2023), a frente de Energias renováveis e micro indústrias se define como atividades que desempenham um papel mais tecnológico diante das outras frentes de trabalho, necessárias para desenvolver maior independência e resiliência na biorregião. A resposta que se encaixa nessa frente de ação local identificada na pesquisa é a de Design Hídricos (6,7% das respostas).

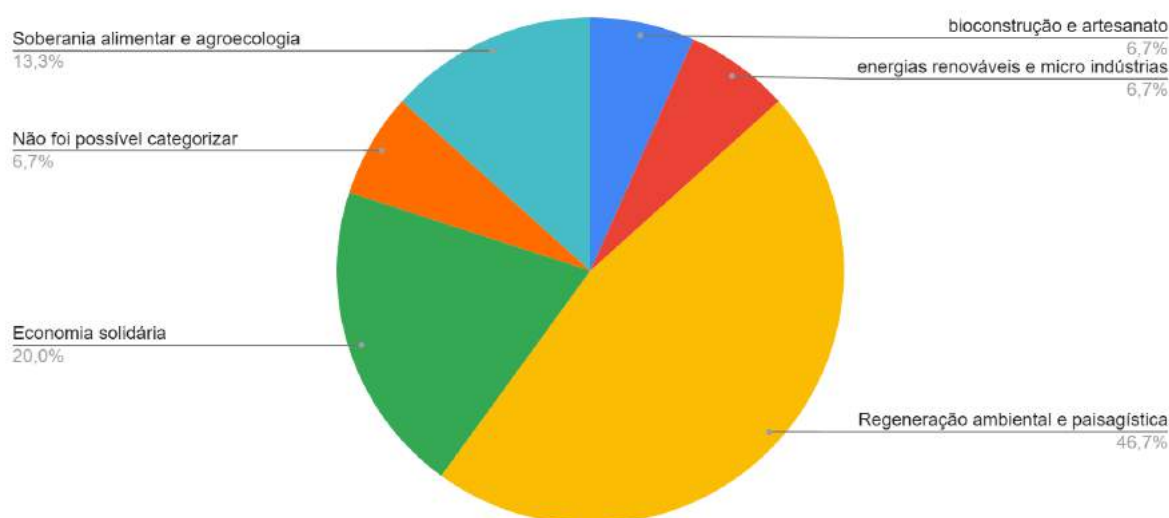
Para continuação das análises, foram categorizadas as ações locais que se encaixassem na frente Regeneração ambiental e paisagística, sendo identificadas 46,7% (8 respostas) das respostas.

Essas respostas representam os seguintes projetos de trabalho: a Mauê Laboratório, realizada na Escola Estadual Anísio Esaú Dos Santos, no bairro rural São Pedro; a regeneração de áreas degradadas; participação no CONAPAM; proteção de propriedade própria; atuação na Atlas Florestal; e, por fim, participação em mutirões agroflorestais. Tais respostas foram categorizadas na frente de regeneração ambiental e paisagística, pois são ações colocadas como de impacto de reflorestamento e educação acerca de seus aspectos. Seu objetivo se caracteriza, além do aprendizado, na recomposição de biomassa e biodiversidade de animais e plantas (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023).

As ações de trabalho identificadas como pertinentes ao enquadramento na Economia solidária (20%) são a Fábrica dos Sonhos, organização não governamental com sede em São Lourenço, e o espaço Zambo, com sede em Caxambu.

O Gráfico 6 resume a análise acima:

Gráfico 6 - Percentual de cada frente de atuação



Fonte: Elaborado pela autora

Vale ressaltar que para Sensier, Montagnana e Lopes (2023), a consolidação das cinco frentes de ações propostas no biorregionalismo, assim como as propostas da economia donut (RAWORTH, 2019) e os ODS (IPEA, 2018), demonstram a importância da indissociação das esferas ambientais e sociais frente a construção de propostas para barrar o colapso social e climático. Portanto, como analisado acima, mesmo sendo em sua maioria encaixadas como atividades voltadas para a

questão ambiental, é forte o reconhecimento dos participantes da importância da vinculação do coletivo.

O Quadro 1 apresenta as ações locais e suas respectivas frentes de ação:

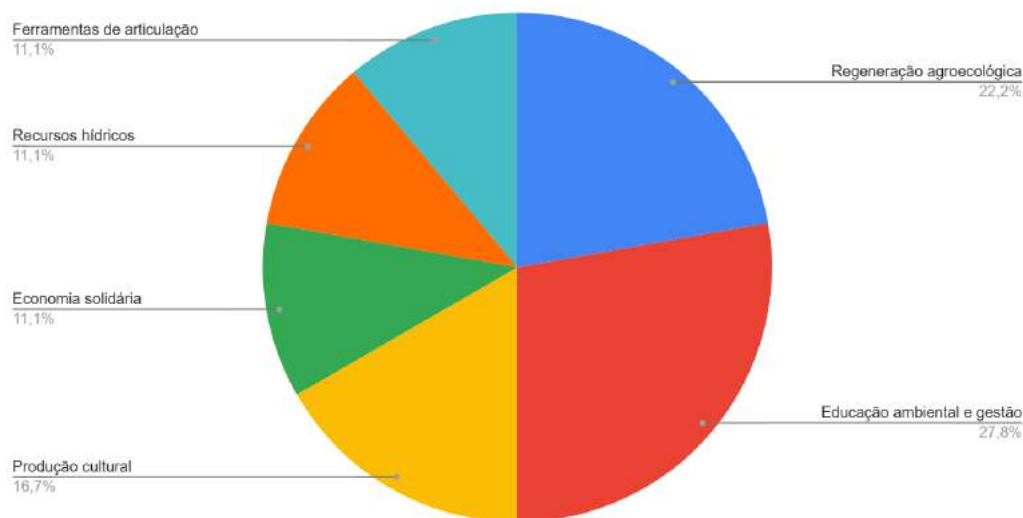
Quadro 1 - Associação das ações locais com as frentes de ação local do Biorregionalismo

Ação local de impacto positivo do(a) participante	Frente de atuação local que se associa
Mauê Lab	Regeneração ambiental e paisagística
Design Hidrológico	energias renováveis e micro indústrias
Mutirões de construção e plantio	bioconstrução e artesanato
Entusiasta de Feira Livre na região toda de Baependi.	Soberania alimentar e agroecologia
Oficinas Mauê Lab	Regeneração ambiental e paisagística
Regeneração de área degradada	Regeneração ambiental e paisagística
Espaço Zambo de Cultura Popular	Economia solidária
Sítio degradado	Regeneração ambiental e paisagística
Fabrica dos Sonhos	Economia solidária
Projeto sê meio	Não foi possível categorizar
CONAPAM	Regeneração ambiental e paisagística
Proteção e manutenção de propriedade onde moro.	Regeneração ambiental e paisagística
Zambo	Economia solidária
Atlas florestal	Regeneração ambiental e paisagística
Feira livre do bairro Piracicaba	Soberania alimentar e agroecologia

Fonte: Elaborado pela autora

A análise da Q13 (diz respeito ao grupo de trabalho, definido pela própria Articulação, que a ação escolhida está vinculada) conclui que 27,8% (5 respostas) consideram que a iniciativa se aproxima da frente de Educação ambiental e gestão, 22,2% (4 respostas) vincula-se à Regeneração agroecológica, 16,7% (3 respostas) à Produção cultural e as frentes de Economia solidária, Recursos hídricos, Ferramentas de articulação receberam cada uma delas 11,1% (2 respostas). As demais frentes de Apoio técnico digital, PICS (Práticas integrativas e complementares em Saúde), Resgate e memória histórica, Gestão de risco não estiveram relacionados, de acordo com as respostas, a nenhuma iniciativa.

Gráfico 7 - Frentes de atuação que se aproxima da iniciativa



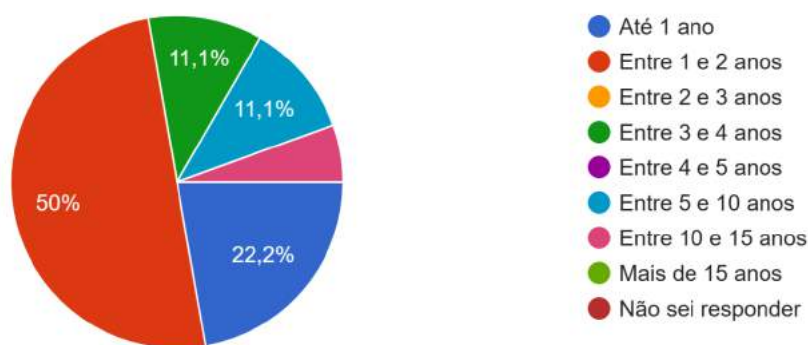
Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere ao público-alvo da iniciativa escolhida (Q14) - visando mapear a integração de toda comunidade no processo de territorialização, ponto importante desenvolvido na política dos Territórios de Identidade da Bahia (BAHIA, 2022; DIAS, 2017) -, os dados apontam que 13 dos participantes (72,2%) da pesquisa relatam que o público de suas iniciativas é a população rural. 5 (27,8%) crianças e/ou adolescentes, 5 (27,8%) famílias, 4 (22,2%) a população urbana, 3 (16,7%) marcaram pessoas em situação de vulnerabilidade social e minorias étnicas, para cada uma das alternativas. Quanto às alternativas, 2 votos (11,1%) selecionaram homens, 2 votos (11,1%) marcaram mulheres, 2 votos (11,1%) animais, 1 voto (5,6%) identifica os servidores da educação, 1 voto (5,6%) para fauna e flora e 1 voto (5,6%) para seres e ambientes.⁴ A análise revelou uma forte variedade de pessoas envolvidas nas ações. Vale lembrar, que na Q14 os participantes podiam assinalar até 3 alternativas e havia também a opção Outros.

A questão “Há quanto tempo a iniciativa existe?” (Q15) revela que 50% dos participantes declararam que a iniciativa tem entre 1 e 2 anos, 22,2% até 1 ano, 11,1% entre 3 a 4 anos, 11,1% de 5 a 10 anos e 5,6% de 10 a 15 anos.

Gráfico 8 - Tempo da iniciativa

⁴ A alternativa Q14, assim como as Q16, Q17 e Q20, apresenta um percentual total acima de 100%, decorrente da possibilidade do participante marcar mais de 1 alternativa.



Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta o Google Forms

A análise da Q16 (parceiros(as) envolvidos na ação escolhida) apontou que 13 participantes (72,2%) reconhecem as pessoas (cidadãos) como parceiros, 13 pessoas (72,2%) o coletivo, 9 respostas (50%) as ONGs, 4 (22,2%) órgãos e instituições públicas, 2 (11,1%) as empresas estatais e 1 (5,6%) às OSCIPs.

No final da seção, a Q17 busca saber a quais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a iniciativa está vinculada, visando identificar a indissociabilidade das questões sociais e ambientais (IPEA, 2018; SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). Com base nisso, 12 das respostas (70,6%) das iniciativas vinculam-se ao ODS Ação contra a mudança global do clima, 9 respostas (52,9%) ao Consumo e produção responsáveis, 8 (47,1%) para Cidades e comunidades sustentáveis, 6 (35,3%) para Saúde bem-estar, 5 (29,4%) para Água potável e saneamento, 4 (23,5%) para Fome zero e agricultura sustentável, 3 (17,6%) para Educação de qualidade, 3 (17,6%) para Redução das desigualdades, 3 (17,6%) para Vida na água, 3 (17,6%) para Vida terrestre, 3 (17,6%) Paz, justiça e instituições eficazes, 3 (17,6%) Paz, justiça e instituições eficazes, 1 (5,9%) para Igualdade de gênero, 1 (5,9%) para Energia limpa e acessível e 1 (5,9%) para Trabalho decente e crescimento econômico.

Com base nesses dados e no reconhecimento da indissociabilidade das questões ambientais e sociais, conclui-se que além da busca pela mudança climática, o grupo tem forte preocupação com produções sustentáveis e consequentemente maior produção de alimentos e erradicação da fome, além do acesso ao saneamento básico.

Se reconhece também como importante ponto dessa análise que a questão ambiental é muito forte na Articulação, concluindo que os(as) membros(as) tem

grande preocupação com o colapso climático. Partindo da perspectiva que todas as alternativas voltadas aos problemas climáticos foram selecionadas pelo menos uma vez e reconhecendo as diferentes frentes de trabalho da articulação nessa amostra, esse resultado sinaliza uma tentativa da Articulação Biorregional de frear o crescimento econômico a qualquer custo e desestimular as práticas de consumismo (RAWORTH, 2013; ARTAXO, 2014; CRUTZEN; STOERMER, 2015; PÁDUA, 2015; SILVA; ARBILLA, 2018; VIOLA; BASSO, 2016; RAWORTH, 2019).

Vale ressaltar que nem todas as frentes de trabalho foram contempladas nessa amostra, com base nesse contexto, deve-se reconhecer que outros pontos das ODS podem estar sendo contemplados por outras frentes da articulação.

A Tabela 1 apresenta o resumo das respostas descritas acima.

Tabela 1 - Identificação das ações com as ODS

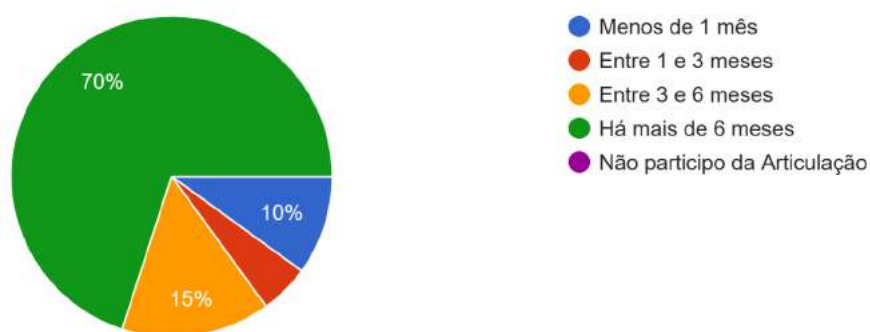
ODS	Iniciativas vinculadas ao ODS
Erradicação da pobreza	0
Fome zero e agricultura sustentável	4
Saúde e bem-estar	6
Educação de qualidade	3
Igualdade de gênero	1
Água potável e saneamento	5
Energia limpa e acessível	1
Trabalho decente e crescimento econômico	1
Indústria, inovação e infraestrutura	0
Redução das desigualdades	3
Cidades e comunidades sustentáveis	8
Consumo e produção responsáveis	9
Ação contra a mudança global do clima	12
Vida na água	3
Vida terrestre	3
Paz, justiça e instituições eficazes	3
Parcerias e meios de implementação	3

Fonte: Elaborado pela autora

Na quinta seção (a partir da Q18), buscou-se entender os níveis de engajamento dos respondentes na Articulação Biorregional da bacia do Rio Baependi.

Quanto ao tempo de participação na Articulação (Q18), Gráfico 9, a pesquisa aponta que 14 participantes (70% das respostas) estão na articulação há mais de 6 meses, 3 participantes (15% das respostas) se encontram entre 3 a 6 meses, 2 participantes (10% das respostas) a menos de 1 mês e 1 membro(a) se encontra no projeto entre 1 e 3 meses. Diferenciando, portanto, dos Territórios de Identidade da Bahia, além da não institucionalização do projeto biorregional, também se pode constatar a diferença de tempo que se encontram estabelecidas e atuando nos territórios brasileiros.

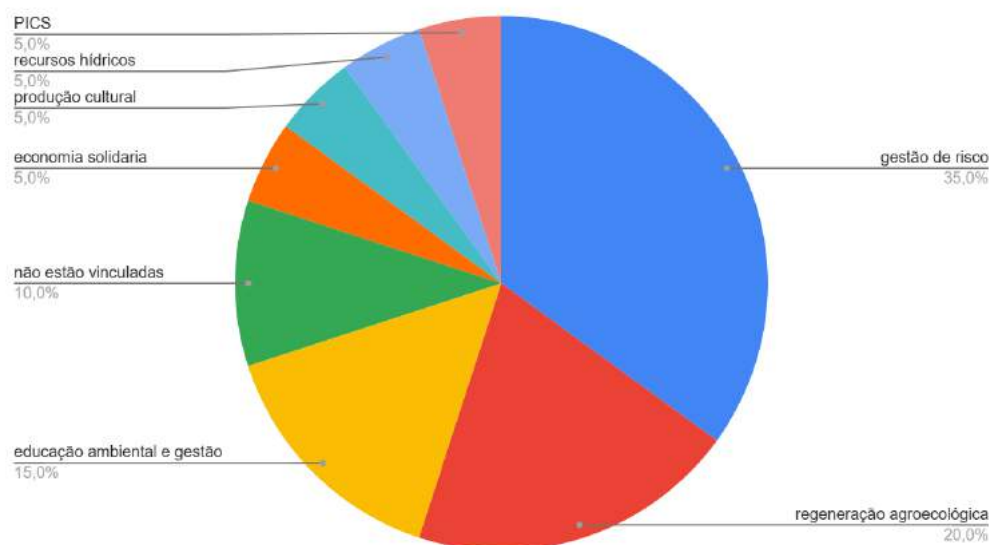
Gráfico 9 - Tempo de participação na articulação



Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta o Google Forms

Seguindo, encontra-se a alternativa sobre a frente de atuação de trabalho, tendo sido solicitado aos participantes atuantes de mais de uma frente (Gráfico 10), que aponta-se apenas a que contemplasse sua participação mais ativa. Quanto aos dados apontados com as respostas obteve-se para conhecimento que 35% (7 respostas) dos participantes da pesquisa estão na frente de Gestão de risco, 20% (4 respostas) apontaram pertencerem a frente de Regeneração agroecológica, 15% (3 respostas) na frente de Educação ambiental e gestão, 10% (2 respostas) responderam que não estão vinculados a um grupo de trabalho e quanto as frentes de Economia solidária, PICS, Produção cultural e Recursos hídricos se reconhecem, respectivamente, 5% (1 resposta) para cada uma dessas frentes.

Gráfico 10 - Frente de trabalho da articulação

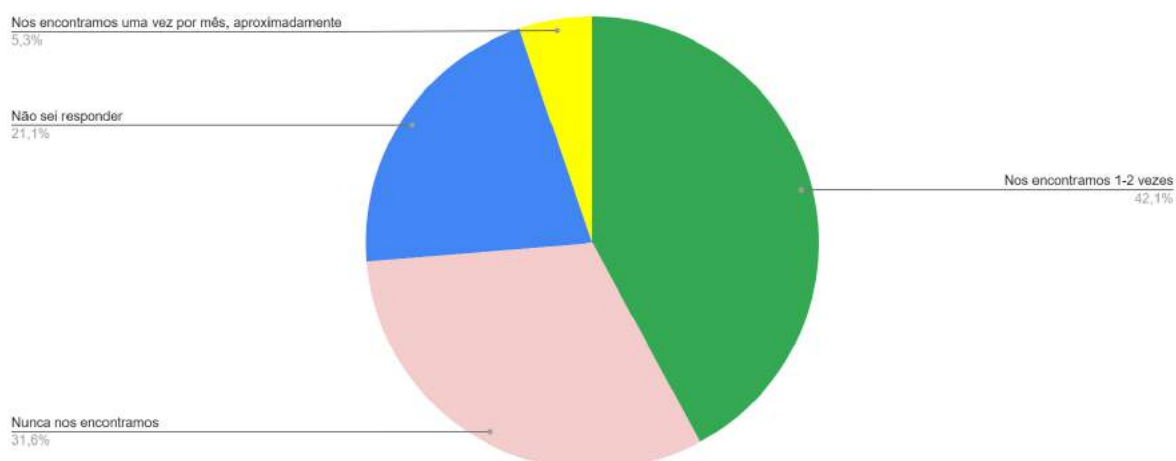


Fonte: Elaborado pela autora

É importante associar essas frentes de trabalho com o tripé de elaboração de projetos no biorregionalismo e os ODS. Por exemplo, pode-se associar as frentes de trabalho em gestão de risco, regeneração agroecológica e educação ambiental e gestão, sendo as frentes mais representadas nessa amostra, com os objetivos de energia limpa e saneamento, cidades e comunidades sustentáveis, e agricultura sustentável e educação de qualidade, visando também a questão ambiental, respectivamente.

A seguir, a Q23 (Gráfico 11) procura identificar a frequência de encontros dos participantes das frentes de trabalho da articulação. Com base nisso e lembrando que essas frentes foram instituídas em janeiro de 2023, 42,1% afirmam terem ocorrido entre 1 a 2 encontros em suas frentes, 31,6% apontam que ainda não se encontraram, 21,1% ressalta que não sabem responder e 5,3% apontam a frequência de encontros aproximadamente de pelo menos 1 vez ao mês.

Gráfico 11 - Frequência de encontros entre os(as) membros(as)

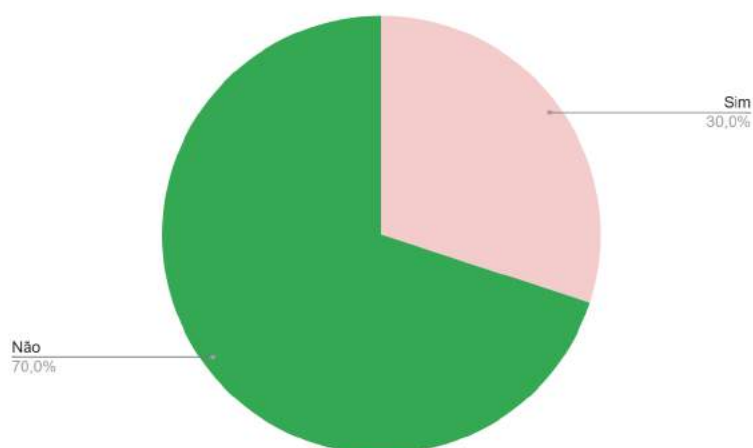


Fonte: Elaborado pela autora

A importância da coletividade do grupo é apontada no projeto biorregional como seu primeiro tripé, onde o coletivo é de extrema importância para a construção de novas propostas. Assim, a partir dos dados do gráfico acima, conclui-se que o coletivo em análise encontra-se pouco fortalecido em todas as frentes de atuação, com baixo nível de encontro. Essa hipótese se encontra corroborada pelo gráfico 12 abaixo, que mostra que 70% dos membros não realizaram iniciativas em suas frentes de trabalho.

A seguir, buscando entender como está se estruturando as frentes de trabalho (Gráfico 12), foi questionado quanto a ações já desenvolvidas na iniciativa (Q24). Foi possível constatar que 70% dos(as) membros(as) ainda não desenvolveram iniciativas dentro das frentes de trabalho e 30% afirmam já terem trabalhado com projetos dentro de suas frentes de ações.

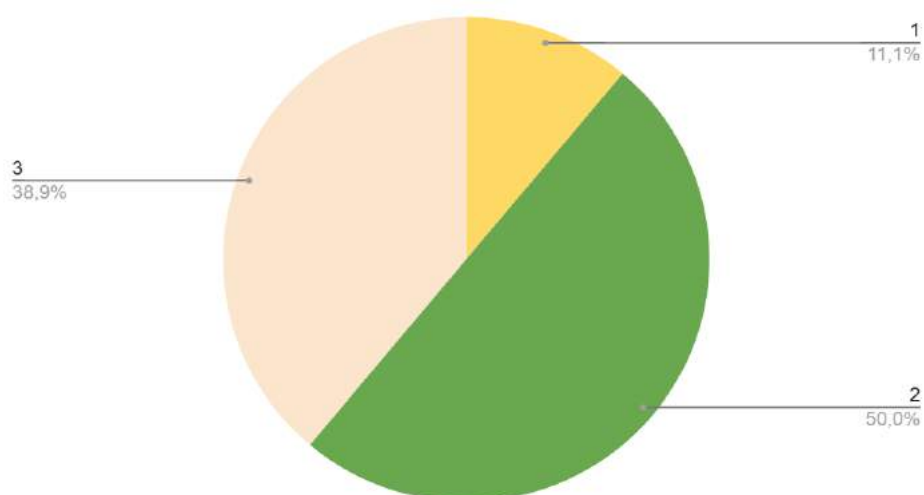
Gráfico 12 - Percentual de participantes que desenvolveram alguma atividade na articulação



Fonte: Elaborado pela autora

Partindo para a análise dos níveis de engajamento dos(as) participantes da pesquisa (Q19, Gráfico 13), numa escala de 1 a 5, constatou-se que 9 membros(as) se avaliaram com nota 2, 8 participantes com nota 3, 1 com nota 1 e apenas 1 com nota 5. Se considerarmos os níveis 1 e 2 como “baixo engajamento”, os níveis 4 e 5 como “alto engajamento” e o nível 3 como “engajamento mediano”, tem-se que 50% dos participantes percebem-se com baixo engajamento, 38,9% com envolvimento mediano e 5,26% com nível extremo de baixo envolvimento e 5,26% com alto nível de envolvimento.

Gráfico 13 - Nível de engajamento atual dos(as) membros(as)

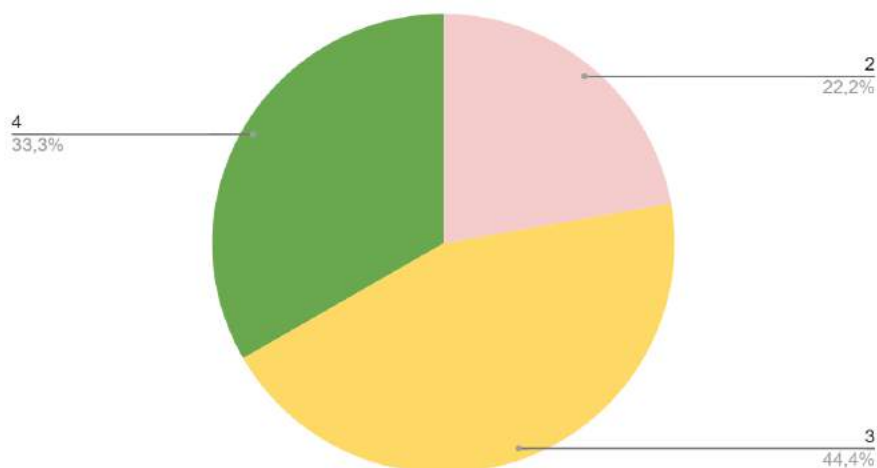


Fonte: Elaborado pela autora

A Q20 buscou compreender a motivação de cada participante da pesquisa para fazer parte da articulação na Bacia do Rio Baependi. Foi possível concluir que a alternativa “Ter mais conhecimento dos principais problemas do território onde vivo/atuo e me engajar em possíveis soluções” recebeu um total de 19 respostas (95%), “Me sentir fazendo parte de um grupo/rede/coletivo” teve no total 13 respostas (65%), “Fortalecer os projetos que estou envolvido(a)” foi selecionado 10 vezes (50%), “Adquirir conhecimento sobre as políticas públicas e direitos que podem auxiliar o meu próprio bem-estar e também da população em geral” esteve selecionada 8 vezes (40%), “Adquirir habilidades colaborativas, mediação, liderança, cooperação, empatia, trabalho em equipe” foi marcada 7 vezes (35%), “Adquirir novas habilidades e práticas” teve 3 respostas (15%), “Capacidade de contemplar os próprios pensamentos e sentimentos, gerenciar conflitos, expressar amor” obteve 2 respostas (10%) e o “Fortalecer institucionalmente as comunidades e suas organizações para pautar modelos de (des)Envolvimento Regenerativo no território”, “Cultivar e ser cultivado por uma comunidade”, “Nós precisamos fazer um grande diagnóstico da construção do conhecimento agroecológicos nos territórios brasileiros”, “Esse será o caminho que irá nos permitir realizar a construção coletiva do conhecimento de forma horizontalizada através da valorização dos saberes diversos”, resposta sugerida de um participante receberam apenas 1 resposta em cada (5%).

Quanto à perspectiva de engajamento futuro por parte dos(as) membros(as) (Q21, representada no Gráfico 14), foi possível perceber que 8 pessoas esperam, nos próximos seis meses, atingir um nível 3 de participação (numa escala de 1 a 5), 7 esperam alcançar o nível 4, 4 o nível 2 e 1 o nível 5 de engajamento. Partindo da análise anterior em que consideramos os níveis 1 e 2 como “baixo engajamento”, os níveis 4 e 5 como “alto engajamento” e o nível 3 como “engajamento mediano”, a perspectiva de melhora é considerável, pois o baixo desempenho representa apenas 22,2%, o mediano 44,4% e o alto nível de desempenho representa 33,3%.

Gráfico 14 - Perspectiva de engajamento futuro dos(as) Membros(as)



Fonte: Elaborado pela autora

A ideia de melhora do engajamento, em comparação aos gráficos apontados, é um ponto de importância para a consolidação do projeto, como é vista nos Territórios de Identidade da Bahia, quando se entendeu na seção três que o número de territórios só apresentou um aumento, pois ocorreu um movimento das comunidades desses espaços para buscar que houvesse um reconhecimento de novos territórios, aumentando o número original de 5 para 27 TI (BAHIA, 2022; DIAS, 2017).

Destacando para análise as três alternativas com os maiores números de resposta, constata-se que a alternativa “Ter mais conhecimento dos principais problemas do território onde vivo/atuo e me engajar em possíveis soluções”, a mais selecionada, se relaciona com a ideia de territorialização e reterritorialização da terra, partindo da noção vista na seção três, apontando que esses processos vão além do território geográfico, acrescentando a importância do vínculo, cultura e características daquela população (DIAS; SEIXAS, 2019; RAYNAUT, 2014; HAESBAERT, 2004; SANTOS, 2002). E as demais alternativas com maiores respostas - “Me sentir fazendo parte de um grupo/rede/coletivo” e “Fortalecer os projetos que estou envolvido(a)” - estão ligadas ao primeiro e segundo tripés do biorregionalismo, focados na construção do coletivo e nos instrumentos de planejamento para consolidação da proposta (cf. SENSIER; MONTAGNANA, LOPES, 2023).

Outro aspecto importante é a alternativa “Adquirir conhecimento sobre as políticas públicas e direitos que podem auxiliar o meu próprio bem-estar e também da população em geral”, que foi a quarta alternativa mais marcada, que mostra a

importância de se buscar propostas similares para o aprendizado nesse processo, para isso destaca-se os TI da Bahia, que já se instituíram, serve, como modelo de inspiração para essas novas propostas (BAHIA, 2022; DIAS, 2017).

A Tabela 2 apresenta o resumo da descrição feita anteriormente.

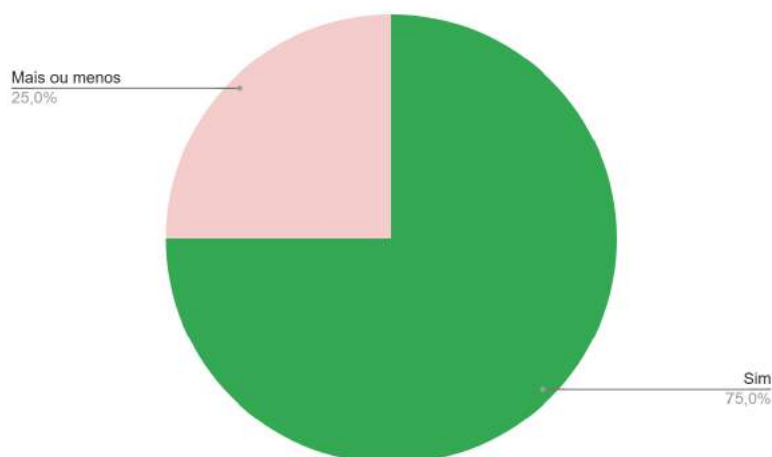
Tabela 2 - Expectativas com a Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi

Expectativas com a Articulação	Identificação com a alternativa
Me sentir fazendo parte de um grupo/rede/coletivo	13
Adquirir novas habilidades e práticas	3
Adquirir habilidades colaborativas, mediação, liderança, cooperação, empatia, trabalho em equipe	7
Adquirir conhecimento sobre as políticas públicas e direitos que podem auxiliar o meu próprio bem-estar e também da população em geral	8
Ter mais conhecimento dos principais problemas do território onde vivo/atuo e me engajar em possíveis soluções	19
Capacidade de contemplar os próprios pensamentos e sentimentos, gerenciar conflitos, expressar amor	2
Fortalecer os projetos que estou envolvido(a)	10
Fortalecer institucionalmente as comunidades e suas organizações para pautar modelos de (des)Envolvimento Regenerativo no território	1
Cultivar e ser cultivado por uma comunidade	1
“Nós precisamos fazer um grande diagnóstico da construção do conhecimento agroecológico nos territórios brasileiros. Esse será o caminho que irá nos permitir realizar a construção coletiva do conhecimento de forma horizontalizada através da valorização dos saberes diversos” Irene Cardoso	1
Outros	1

Fonte: Elaborado pela autora

A Q25, última pergunta objetiva do questionário, investiga se o participante considera a Articulação Biorregional como uma influência positiva na sua própria atuação no território. 75% dos participantes (15 respostas) consideram a articulação positiva, enquanto 25% dos(as) membros(as) (5 respostas) marcaram a alternativa “mais ou menos” como se pode reconhecer no gráfico abaixo.

Gráfico 15 - Influência positiva da articulação



Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, a última pergunta do questionário (Q26) trata-se de uma questão dissertativa, ainda não analisada, cujo objetivo é identificar os desafios e lacunas da Articulação Biorregional da bacia do Rio Baependi. As respostas serão analisadas na seção seguinte.

5.2 DESAFIOS E LACUNAS DA ARTICULAÇÃO BIORREGIONAL

Inicialmente, cabe apontar que os nomes dos participantes descritos abaixo são fictícios⁵, respeitando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) anexado ao questionário, que destaca em seu oitavo parágrafo: “Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados da pesquisa, poderão ser publicados/divulgados através de trabalhos acadêmicos ou artigos científicos por profissionais da área, mantendo o sigilo e o anonimato individual dos dados”.

A Q26 do questionário pergunta aos participantes quais as principais lacunas e desafios da Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi.

O primeiro problema estabelecido pelos(as) participantes se relaciona com a mobilidade dos membros e as distâncias percorridas para trabalhar as ações da Articulação. De acordo com os entrevistados entende-se que são “Distâncias muito grandes, o que favorece a articulação em grupos mais locais.” (entrevistado Esquilo)

⁵ A escolha dos nomes fictícios dos participantes da pesquisa se deu a partir de um reconhecimento de espécies pertencentes ao bioma da Mata Atlântica, representando a biodiversidade da biorregião em estudo.

e que há “Muitas pessoas em locais distantes um do outro, dificultando as ações coletivas.” (entrevistado Ipê).

Para o IPEA (2018), a falta de mobilidade é uma prática de violência nas sociedades capitalistas contemporâneas e nos grandes centros urbanos. Dentro dos grandes centros, a população mais pobre é mais prejudicada, pois demanda um número grande de horas de locomoção para o alcance aos seus postos de trabalho. Reconhecendo a partir disso, que mesmo com a tentativa de redução do porte dos grandes centros, como proposto pelo projeto biorregional e a presença dos neo-rurais, a falta de acesso a alternativas de transporte é um forte fator de desigualdades e impedimento de um avanço frente a busca por mudanças desse paradigma urbano-industrial (SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023; IPEA, 2018).

Essa problemática muitas vezes pode ser decorrente da “Logística - o território é grande e as estradas nem sempre boas dificultando coordenar as ações.” (entrevistado Capivara), mas pode se relacionar também com as dificuldades de recursos financeiros. Nesse ponto, o entrevistado Bicudo confirma essa lacuna ao colocar que “No momento para mim o principal desafio é ter condições de locomoção, e recursos para me manter enquanto trabalho construindo projetos e sonhos...”.

A relação do grupo da Articulação com os recursos afeta o desenvolvimento das ações de impacto positivo, como relata também o entrevistado Paca:

São diversos. O principal sem sombra de dúvidas é o financeiro. Sem dinheiro infelizmente não se concretiza muita coisa no âmbito transformador de uma micro região. Muitas ideias e poucas ações sem rumos de se onde quer chegar! Conhecer mais os recursos financeiros oferecidos pelo governo e ongs e trabalhar linhas de financiamento para projetos base.

Como visto nos Territórios de Identidade da Bahia, o processo de institucionalização foi essencial para o estabelecimento dos territórios, processo que gerou a oficialização dos 27 territórios e a garantia de recursos e ouvidorias para a população desses locais (BAHIA, 2022; DIAS, 2007). Pensando nisso, o entrevistado Capivara reconhece a importância da “Institucionalização - necessário para acessar e influenciar políticas públicas e se posicionar de forma organizada” e da “Captação de recursos - todos enxergam as ações da Articulação como

necessárias e importantes, porém sem recursos as coisas ficam em segundo plano e acabam não acontecendo”.

Dias e Seixas (2019) conceituam a etapa da abordagem como importante para a consolidação do território. Estando além do processo de institucionalização, de apenas instituí-la em estatutos e normas, gera o reconhecimento da importância do vínculo do grupo. A dificuldade de pertencimento dos membros das atividades quebra essa etapa, que é uma forte ferramenta para a validação do território.

Sendo reconhecido pelos entrevistados Tucano e João de Barro que o foco deve ser trabalhar o coletivo, como descrito pelo entrevistado Araucária, especificamente a Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi,

Os desafios são de se definir como grupo (objetivo, o que nos une, valores de base, etc.) e realizar ações em conjunto. Dentro da articulação, percebo que há sempre as mesmas pessoas ativas, que são muitas vezes (mas não exclusivamente) aquelas que têm algum vínculo com a ONG Rizomar (são da Rizomar ou uma das comunidades que a ONG apoiou ou apoia ainda) e/ou o Espaço Zambo. E há atividades organizadas na região organizadas por pessoas que têm participado nas reuniões da Articulação, mas essas atividades não são organizadas em nome da Articulação em si.

Como importante ponto, se tem que dentro da Articulação há ideias pertinentes para se repensar essa problemática do coletivo, como

Percebo que o maior desafio é caminharmos para a prática. Sinto que para a Articulação realmente tomar forma é preciso mais encontros presenciais (todas as GT) pois nos inspiramos uns nos outros isso é o maior benefício de um coletivo (entrevistado João de Barro).

E, pensando em proposta mais articuladas, com foco na governança do grupo, tem-se que é preciso

Ter claro os propósitos. Gestão com metodologia clara e comunicada. Quem somos como organização. Quem são atualmente os apoiadores, facilitadores e gestores, pessoas e organizações, e quais seus papéis. Identificar quem são os pontos focais que irão facilitar e apoiar o grupo e as câmaras temáticas e grupos de trabalho. Lideranças facilitadoras e apoiadoras em ciclos de alternância na gestão. (entrevistado Maritaca)

Para Dias e Seixas (2019) a reterritorialização, processo gerador da retomada do território pelos indivíduos, tem como principal objetivo a vinculação da comunidade, seja culturalmente ou politicamente, necessitando de um sentimento de

pertencimento por todo o grupo. Sensier, Montagnana e Lopes (2023) apontam que esse problema de desvinculação do indivíduo ocorre no processo de urbanização que acaba gerando o sentimento de individualização, excluindo a população dos parâmetros ambientais. A necessidade dessa visão na articulação é posta quanto aos parâmetros de engajamento.

Para essa vinculação do grupo é necessário maior engajamento, como destacam brevemente os entrevistados Azulão, Beija-flor e Quaresmeira. Mais especificamente, o problema está na falta de “Mobilização - a falta de representatividade da articulação se dá por falta de mobilização comunitária, o grupo ainda está restrito aos neo-rurais da região” (entrevistado Capivara) e no “Foco, tempo e articulação de mais membros da Biorregional” (entrevistado Jaguatirica).

Novamente, assim como ocorre na questão dos recursos, os(as) membros(as) da articulação são capazes de sintetizar ideias que acreditam solucionar esse desafio. Com isso, tem-se que falta “Encontrar uma forma efetiva de participação e engajamento, um projeto mestre que atenda os reais anseios de seus participantes” (entrevistado Seriema) e “que precisamos criar mais formas de incentivar a união do grupo e a vontade de atuar juntos, pois sinto já uma separação devido a falta de reuniões e projetos na prática” (entrevistado Gralha Azul).

Complementando a problemática, a construção de políticas públicas *bottom-up* se consolida a partir da mobilização popular, ou seja, de construção coletiva de interesses (SECCHI, 2014). Na Articulação biorregional, a lacuna volta-se também para a disponibilidade de tempo dos(as) integrantes e motivação constante para o planejamento e implementação de ações. Vale reconhecer como esse ponto se interliga com a falta de disponibilização de recursos econômicos para o grupo, como ressalta o entrevistado Veado-mateiro quanto à “Falta de tempo dos participantes. Principalmente por falta de circulação monetária, o que deixa a articulação como uma atividade marginal” e para o entrevistado Lobo-guará quanto ao “Tempo disponível entre os integrantes em atuar no propósito devido a busca de recursos financeiros particulares para pagar as contas e poder se dedicar mais a articulação”. Como alternativa a esse processo, o próprio grupo declara que precisa “Articular os encontros e nele ter foco que nos leve para alguma ação” (entrevistado Tatu).

Portanto, é importante no projeto biorregional, e precisamente na Articulação da Bacia do Rio Baependi, a validação da estrutura do coletivo e o impulsionamento desse processo, gerando assim o sentimento de territorialização (DIAS; SEIXAS, 2019; SENSIER; MONTAGNANA; LOPES, 2023). Somente através dessa etapa e da construção *bottom-up* da política territorial (SECCHI, 2014), será possível alcançar a institucionalização do território e consequentemente a capacitação de recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, por meio de uma pesquisa empírica realizada via aplicação de um questionário online, buscou descrever o perfil dos participantes da Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi e as maiores dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de ações locais de impacto positivo no seu território de atuação, a bacia do Rio Baependi (Baependi, MG). A análise das respostas foi feita aplicando-se a técnica de estatística descritiva e os dados foram interpretados à luz dos conceitos abordados no referencial teórico.

Desse modo, conforme exposto na análise de resultados, constatou-se que a maioria dos(as) participantes da pesquisa atuam por conta própria e se encontram próximos às localidades de atuação da Articulação. Os mesmos estão vinculados a alguma ação de impacto local. Entretanto, os resultados apontam que há uma baixa concretização das atividades dentro da Articulação no período de quase um ano em que a mesma se encontra em execução.

A pesquisa apontou que as atividades dos participantes da Articulação vinculam-se, na sua maioria, ao ODS Ação contra a mudança climática global, sendo possível identificar a indissociabilidade dos indivíduos com o ambiente e o processo de reterritorialização, sendo a maior expectativa com a Articulação o sentimento de pertencimento no coletivo.

Através da análise da questão dissertativa final, em que foi possível melhor conhecer os desafios e lacunas da Articulação Biorregional, a principal problemática descrita foi a falta de engajamento dos(as) membros(as), sendo por questões financeiras, baixa disponibilidade de tempo ou falta de propósito pessoal, resultado alinhado ao fato dos participantes avaliarem sua participação na Articulação como

baixa (50% dos respondentes) ou mediana (38,9%). Mas há de se ressaltar que a maioria espera aumentar seu nível de engajamento nos próximos 6 meses.

Em relação às limitações deste trabalho, entende-se que o conceito que perpassa o biorregionalismo é novo, sendo necessário ampliar o estudo teórico acerca da temática. Também, reconhecendo a parte prática e metodológica, recomenda-se a integração futura de entrevistas em profundidade para melhor conhecer as vivências das ações locais.

Por fim, recomenda-se para futuras pesquisas a implementação do questionário elaborado em um maior número de membros(as) dentro da articulação, buscando expandir a pesquisa e dar maior representatividade aos dados coletados. Também é recomendado buscar outros participantes, integrantes de ações locais do território que não estejam envolvidos com o projeto biorregional, e constar como, mesmo que distantes do conhecimento acerca desse conceito, o biorregionalismo está presente nas atividades do território.

REFERÊNCIAS

ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?. **Revista USP**, n. 103, p. 13-24, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279/97695>

AZEVEDO, M. C. N.. O processo de implantação da Vila de Santa Maria de Baependi como estudo de caso do conceito de regularidade no urbanismo português (1754-1814). Goiás: **Mosaico**, v. 10, n. 16, 2019. 10-30.

BAHIA (Estado). Secretaria do Planejamento. PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DO EXTREMO SUL - BAHIA, 2016.

BAHIA (Estado). Secretaria do Planejamento. A POLÍTICA TERRITORIAL DO ESTADO DA BAHIA: Histórico e Estratégias de Implementação, 2022.

BUTTO, A.; BEMERGUY, E. A Cidadania nos Territórios: o olhar da Coordenação Executiva do Programa Territórios da Cidadania sobre o Estado e as mudanças na Agenda de Desenvolvimento Nacional. *In*: CAVALCANTI, J. WANDERLEY, M.; NIEDERLE, P.; **PARTICIPAÇÃO, TERRITÓRIO E CIDADANIA**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: UFPE, 2014. 55-78.

CAVALCANTI, J; NIEDERLE, P; WANDERLEY, M; RAYNAUT, C. Introdução. *In*: CAVALCANTI, J.; WANDERLEY, M.; NIEDERLE, P. **PARTICIPAÇÃO, TERRITÓRIO E CIDADANIA**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: UFPE, 2014. 29-42.

COSTA, B.; BRONZO, C.; ASSIS, M.; SILVA, M.. Nem acaso nem destino: as engrenagens das desigualdades e elementos para desmontá-las. *In*: COSTA, B.; SILVA, M. **DESIGUALDADE PARA INCONFORMADOS**: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. 155-163.

CRUTZEN, P.I. J.; STOERMER, E. F. O antropoceno. Belo Horizonte: **PISEAGRAMA**, sem número, 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://piseagrama.org/o-antropoceno>>.

DIAS, R. C.; SEIXAS, P. C. Territorialização de políticas públicas, processo ou abordagem?. Angra do Heroísmo: **RPER**, n. 55, 2020. 47-60.

DIAS, W. J. V. Territórios de Identidade e Políticas Públicas na Bahia: **Gênese, resultados, reflexões e desafios**. Dissertação - (mestrado em Planejamento Territorial) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2017.

GUIMARÃES, G. U. O trabalho de visibilização dos indígenas nos estudos sobre Minas Gerais: O caso sul-mineiro de Virgínia e seus arredores. Natal: **Revista Espacialidades**, v. 15, n. 02, 2019. 29-44.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Agenda 2030: ODS–Metas Nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. 2018. (Recuperado) Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433. Acesso: 9 ago 2023.

JUNQUEIRA, M. G. P. **O movimento da vida no Vale do Gamarra, sul de Minas Gerais**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DENARA, F.; ACOSTA, A. **Pluriverso**: dicionário do Pós-desenvolvimento. Tradução: Isabela Victória Eleonora. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

MARQUES, L. **O Decênio Decisivo**: Propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante. 2023.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

O QUE É A RIZOMAR?. **ONG Rizomar**, 2020. Disponível em: <https://rizomar.org.br>. Acesso em: 20 out 2023.

PÁDUA, J. A. Vivendo no Antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. *In*: OLIVEIRA, L. **Museu do Amanhã**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

PAULA, J. T. V. **A manutenção da escravidão**: desigualdade socioeconômica, compadrio e hierarquia social no Sul de Minas Gerais-Vila de Santa Maria do Baependi, 1830-1888. Tese - (doutorado em História) -Universidade Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI (MG). Departamento de Turismo e Meio Ambiente. Emater – MG. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Baependi (MG), 2019. Disponível em:
http://www.baependi.mg.gov.br/PMSB_baependi_VERSAO_FINAL_21nov2019.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

QUEIROZ, P. **Patrimônio-territorial indígena na era urbana latino-americana**: o Santuário dos Pajés, Distrito Federal. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RAMOS, M. F. **Re-existência e ressurgência indígena: diáspora e transformações do povo puri**. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.

RAWORTH, K. Definindo um espaço justo e seguro para a humanidade. *In*: Assadourian, E. **Estado do Mundo: transformando culturas do consumismo à sustentabilidade**. Porto Seguro: Universidade Livre da Mata Atlântica, 2013. 49-59.

RAWORTH, K. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2019.

RAYNAUT, C. A gênese da abordagem territorial e participativa do desenvolvimento rural: raízes conceituais e experiências internacionais. *In*: CAVALCANTI, J. WANDERLEY, M.; NIEDERLE, P.; **PARTICIPAÇÃO, TERRITÓRIO E CIDADANIA**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: UFPE, 2014. 55-78.

RESENDE, L.; COSTA, B.; REIS, G. Precisamos falar sobre desigualdades. *In*: COSTA, Bruno; SILVA, Matheus. **DESIGUALDADE PARA INCONFORMADOS**: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil. UFRGS,2020. 15-28.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna 1987.

SANTOS, C. M. L. **Estatística descritiva**: Manual de auto-aprendizagem, v. 2, editora Sílabo: Cidade de Manchester. 2007.

SANTOS, M. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. Cengage Learning, 2014.

SENSIER, J.; MONTAGNANA, M. L.; LOPES, M. V. **Pelo fim das metrópoles: Manifesto por um biorregionalismo brasileiro.** Baependi: ONG RIZOMAR, 2023. p. 132.

SILVEIRA, G.; LEAL FILHO, R.; RESENDE, L.; COSTA, B.; REIS, G. O mercado desigual: Gênero e raça no mercado de trabalho. *In*: COSTA, B.; SILVA, M. **DESIGUALDADE PARA INCONFORMADOS: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil.** UFRGS: Porto Alegre, 2020. 45-56.

SILVA, C. M.; ARBILLA, G;. Antropoceno: os desafios de um novo mundo. **Revista Virtual de Química**, v. 10, n. 6, p. 1619-47, 2018.

SOUZA, L.; LIMA, L.; COSTA, B.; REIS, G.. Que vidas importam? Violência, repressão e encarceramento em uma sociedade desigual. *In*: COSTA, B.; SILVA, M.. **DESIGUALDADE PARA INCONFORMADOS: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil.** UFRGS,2020. 57-76.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Dossiê Antropoceno (português). 2018. Disponível em:- <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261900>. Acesso em: 19 jun 2023.

APÊNDICES

Você está sendo convidado(a) a participar, como membro(a) da Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi, da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso da discente Lavinia Nascimento Silva, sob orientação do professor Tom Rodrigues (Everton Rodrigues da Silva), ambos são integrantes do grupo de pesquisa do CNPq OIKOS - Desenvolvimento, Sustentabilidade e Política Pública, da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), campus Varginha (MG). Esta é uma iniciativa realizada em parceria com a ONG Rizomar (<https://rizomar.org.br/>).

A análise desta pesquisa poderá resultar em artigos, resumos publicados e apresentações orais de trabalho em congressos, **mantendo-se o sigilo e o anonimato dos dados e a identidade dos(as) participante(s)**. Portanto, as informações coletadas são confidenciais e não serão usadas para outros fins.

- O questionário online leva em torno de 20 minutos para ser respondido e abrange questões sobre seu perfil, ação no território em estudo e engajamento na Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi.
- A participação é voluntária e no caso de aceitar fazer parte do estudo, você concorda com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível para download no link abaixo.

- A qualquer momento, poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador(a) ou com a instituição. Em caso de recusa, você não sofrerá nenhuma penalidade.
- Toda pesquisa realizada em ambiente virtual possui potenciais riscos de violação de privacidade e confidencialidade.

Qualquer dúvida, crítica e/ou sugestão poderá ser enviada para lavinia.nascimento@sou.unifal-mg.edu.br.

LINK PARA O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: acesse aqui.

1. Você está de acordo com as informações apresentadas e registra seu consentimento livre e esclarecido para participação e continuidade nessa pesquisa?

- a) Aceito participar da pesquisa: estou de acordo com as informações apresentadas e com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- b) Prefiro não participar

Segunda seção - **Perfil dos(as) membros(as) da Articulação Biorregional da Bacia do Rio Baependi**

Por favor, responda de forma clara e objetiva.

2. Qual sua idade?

- a) até 18 anos
- b) 19 a 24 anos
- c) 25 a 34 anos
- d) 35 a 44 anos
- e) 45 a 54 anos
- f) 55 a 64 anos
- g) 65 a 74 anos

- h) 75 ou mais
- i) Prefiro não responder

3. Qual seu local de moradia/estadia?

- a) Caxambu
- b) Baependi
- c) São Lourenço
- d) Aiuruoca
- e) Conceição do Rio Verde
- f) Soledade de Minas
- g) Prefiro não responder
- h) Outro:

4. Qual sua localidade/bairro?

5. Qual o seu sexo?

- a) Masculino
- b) Feminino
- c) Prefiro não responder

6. Qual sua orientação sexual?

- a) Heterossexual
- b) Homossexual
- c) Bissexual
- d) Pansexual
- e) Assexual
- f) Prefiro não me classificar/ Não responder
- g) Outro:

7. Qual sua identificação étnico-racial?

- a) Branca
- b) Preta
- c) Amarela

- d) Parda
- e) Indígena
- f) Prefiro não responder
- g) Outro:

8. Formação **mais elevada que concluiu.**

- a) Creche
- b) Pré-escola
- c) Classe de alfabetização
- d) Alfabetização de jovens e adultos
- e) Antigo primário (elementar)
- f) Antigo ginásial (médio 1º ciclo)
- g) Regular do ensino fundamental ou do 1º grau
- h) Educação de jovens e adultos (EJA) do ensino fundamental ou supletivo do 1º grau
- i) Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)
- j) Regular do ensino médio ou do 2º grau
- k) Educação de jovens e adultos (EJA) do ensino médio ou supletivo do 2º grau
- l) Superior de graduação
- m) Especialização de nível superior (duração mínima de 360 horas)
- n) Mestrado
- o) Doutorado
- p) Prefiro não responder

9. Qual sua atuação profissional?

- a) Trabalhador(a) doméstico(a) (inclusive diarista)
- b) Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar
- c) Do setor privado
- d) Do setor público - empregado estatutário
- e) Do setor público - empregado não estatutário
- f) De empresas estatais
- g) Empregador (com pelo menos 1 empregado)

- h) Conta própria (sem empregados)
- i) Trabalhador não remunerado em ajuda a algum morador do domicílio ou parente
- j) Prefiro não responder
- k) Outro:

Terceira seção - **Participação** em projeto/iniciativa/negócio de impacto positivo

10. Atualmente, você está participando/trabalhando em algum projeto/iniciativa/negócio de impacto positivo, seja no âmbito social, econômico, ecológico, político, cultural, artístico, espiritual?

- a) Sim
- b) Não *Pular para a pergunta 18*

Quarta seção - Engajamento em **ações no território** da bacia do Rio Baependi e imediações.

11. Liste as ações que está envolvido(a) neste momento e onde elas acontecem (Exemplo: Organização de feira de trocas no Bairro São Pedro, Baependi; Feira livre no Bairro Piracicaba, Baependi).

Importante:

Se estiver envolvido em mais de uma ação no território, para responder às questões abaixo, escolha

apenas uma delas, a que **você considera mais relevante**.

12. Especifique qual ação você escolheu para qualificar.

13. Em qual das frentes de trabalho abaixo você considera que esta iniciativa mais se relaciona?

Lembre-se: se tiver envolvido em mais de uma iniciativa, escolha uma delas para responder às questões a seguir (a que considera mais relevante).

- a) Regeneração agroecológica
- b) Recursos hídricos
- c) Economia solidária
- d) Produção cultural
- e) PICS
- f) Educação ambiental e gestão
- g) Resgate e memória histórica
- h) Gestão de risco
- i) Apoio técnico digital
- j) Ferramentas de articulação

14. Qual o público-alvo de sua iniciativa **(marque até três alternativas, se necessário.)**

- a) Minorias étnicas
- b) Pessoas com deficiência
- c) Idosos
- d) Pessoas em situação de vulnerabilidade social
- e) Crianças e/ou adolescentes
- f) Famílias
- g) Homens
- h) Mulheres
- i) População rural
- j) População urbana
- k) Animais
- l) Outro:

15. Há quanto tempo a iniciativa existe?

- a) Até 1 ano
- b) Entre 1 e 2 anos
- c) Entre 2 e 3 anos
- d) Entre 3 e 4 anos
- e) Entre 4 e 5 anos

- f) Entre 5 e 10 anos
- g) Entre 10 e 15 anos
- h) Mais de 15 anos
- i) Não sei responder

16. Parceiros(as)/atores envolvidos na ação escolhida (**marque até 3 alternativas, se necessário**).

- a) Pessoas (cidadãos)
- b) Coletivo
- c) ONGs
- d) OSCIPs
- e) Órgãos e instituições públicas
- f) Empresas privadas
- g) Empresas estatais
- h) Outro:

17. A iniciativa está relacionada com qual Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (**marcar até 3 opções, se necessário**)?

- a) Erradicação da pobreza
- b) Fome zero e agricultura sustentável
- c) Saúde e bem-estar
- d) Educação de qualidade
- e) Igualdade de gênero
- f) Água potável e saneamento
- g) Energia limpa e acessível
- h) Trabalho decente e crescimento econômico
- i) Indústria, inovação e infraestrutura
- j) Redução das desigualdades
- k) Cidades e comunidades sustentáveis
- l) Consumo e produção responsáveis
- m) Ação contra a mudança global do clima
- n) Vida na água
- o) Vida terrestre

- p) Paz, justiça e instituições eficazes
- q) Parcerias e meios de implementação

Quinta seção - **Engajamento na Articulação biorregional do Rio Baependi**

18. Há quanto tempo participa da Articulação Biorregional?

- a) Menos de 1 mês
- b) Entre 1 e 3 meses
- c) Entre 3 e 6 meses
- d) Há mais de 6 meses
- e) Não participo da Articulação

19. Avalie seu nível de engajamento ATUAL:

pouco/nenhum 1 2 3 4 5 muito

20. Quais suas expectativas com a Articulação Biorregional? Essa questão aceita que sejam selecionadas mais de uma resposta, **para que sejam selecionadas até três alternativas.**

- a) Me sentir fazendo parte de um grupo/rede/coletivo
- b) Adquirir novas habilidades e práticas
- c) Adquirir habilidades colaborativas, mediação, liderança, cooperação, empatia, trabalho em equipe
- d) Ter mais conhecimento dos principais problemas do território onde vivo/atuo e me engajar em possíveis soluções
- e) Adquirir conhecimento sobre as políticas públicas e direitos que podem auxiliar o meu próprio bem-estar e também da população em geral
- f) Capacidade de contemplar os próprios pensamentos e sentimentos, gerenciar conflitos, expressar amor
- g) Fortalecer os projetos que estou envolvido(a)
- h) Outro

21. Avalie sua perspectiva de engajamento na Articulação Biorregional **nos próximos 6 meses**:

pouco/nenhum 1 2 3 4 5 muito

22. Em reunião da Articulação Biorregional ocorrida em Fevereiro de 2023, os presentes elegeram 10 grupos de trabalho (GTs) como diretrizes de ação para a construção de um projeto biorregional para a bacia do Rio Baependi.

Em qual deles você atua ou se comprometeu em atuar? (Caso atue em mais de um GT, escolha aquele que possui participação mais ativa).

- a) Regeneração agroecológica
- b) Recursos hídricos
- c) Economia solidária
- d) Produção cultural
- e) PICS
- f) Educação ambiental e gestão
- g) Resgate e memória histórica
- h) Gestão de risco
- i) Apoio técnico digital
- j) Ferramentas de articulação
- k) Não estou vinculado a grupo de trabalho

23. Os participantes do GT tem se encontrado (presencialmente ou virtualmente) com que frequência?

- a) Nunca nos encontramos
- b) Nos encontramos 1-2 vezes
- c) Nos encontramos uma vez por mês, aproximadamente
- d) Nos encontramos de 15 em 15 dias, aproximadamente
- e) Nos encontramos uma vez por semana, aproximadamente
- f) Não sei responder

24. Você já desenvolveu alguma ação (projetos, iniciativas etc.) que foi planejada e/ou executada com seus colegas de Grupo de Trabalho, como parte do movimento da Articulação Biorregional?

- a) Sim
- b) Não

25. Você considera que a Articulação Biorregional influencia positivamente suas atuações no território?

- a) Sim
- b) Não
- c) Mais ou menos
- d) Não sei responder / Não quero responder

26. Conte-nos, brevemente, quais os desafios/lacunas da Articulação Biorregional?

Sexta seção - **Esclarecimentos sobre a pesquisa**

O resultado desta pesquisa será enviado para o e-mail informado, a fim de que todos possam usá-lo como caminho de reflexão e amadurecimento de seus projetos e da própria atuação da Articulação Biorregional do Rio Baependi. **As respostas individuais serão preservadas, havendo divulgação apenas do relatório consolidado.** Reforçamos que qualquer **dúvida, crítica e/ou sugestão poderá ser enviada para lavinia.nascimento@sou.unifal-mg.edu.br.**

Agradecemos sua participação.

Saudações solidárias!

27. Caso deseje receber os resultados desta pesquisa, informe seu e-mail abaixo. Caso não queira informar seu e-mail, a fim de manter o anonimato, informamos que os resultados serão divulgados nas redes sociais da Rizomar e no grupo WhatsApp da Articulação Biorregional do Rio Baependi.